



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado Relações Internacionais

ARTHUR LIMA LOURENÇO

**POLÍTICA DE PODER E DIREITOS HUMANOS NO PROCESSO
DECISÓRIO DO BOICOTE OLÍMPICO DE 1980**

**BRASÍLIA – DF
2020**

ARTHUR LIMA LOURENÇO

**POLÍTICA DE PODER E DIREITOS HUMANOS NO PROCESSO
DECISÓRIO DO BOICOTE OLÍMPICO DE 1980**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Frederico Seixas Dias

**BRASÍLIA – DF
2020**

ARTHUR LIMA LOURENÇO

**POLÍTICA DE PODER E DIREITOS HUMANOS NO PROCESSO
DECISÓRIO DO BOICOTE OLÍMPICO DE 1980**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Frederico Seixas Dias

BRASÍLIA, 04 DE JUNHO DE 2020

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre a política e o esporte, em específico o episódio do boicote liderado pelos Estados Unidos às Olimpíadas de 1980 em Moscou. Para isso, busca, primeiramente, demonstrar a ingerência da política no esporte e como essa relação se desenvolveu ao longo da história, além de demonstrar alguns exemplos nos quais a política interferiu no Jogos Olímpicos desde sua concepção. Em seguida leva a análise para o campo das Relações Internacionais, onde as teorias de nosso campo são utilizadas para entender a utilização política dos Jogos Olímpicos em vários momentos de sua era moderna. Por fim, trata, especificamente, do caso do boicote olímpico de 1980. Liderados pelos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, diversas nações decidiram não participar dos Jogos Olímpicos em Moscou em resposta à invasão soviética do Afeganistão. O trabalho procura entender a constituição da decisão pelo boicote e como ela foi influenciada por aspectos de política de poder e direitos humanos.

Palavras-chave: Política. Esporte. Boicote. Processo Decisório.

ABSTRACT

This work investigates the relationship between politics and sport, specifically the episode of the boycott led by the United States at the 1980 Olympics in Moscow. To this end, it seeks, first, to demonstrate the interference of politics in sport and how this relationship has developed throughout history, in addition to showing some examples in which politics has interfered in the Olympic Games since its conception. It then takes the analysis to the field of International Relations, where the theories of our field are used to understand the political use of the Olympic Games at various times in its modern era. Finally, it deals specifically with the 1980 Olympic boycott case. Led by the United States during the Cold War, several nations decided not to participate in the Olympic Games in Moscow in response to the Soviet invasion of Afghanistan. The work seeks to understand the constitution of the boycott decision and how it was influenced by aspects of power policy and human rights.

Keywords: *Politics. Sport. Boycott. Decision-making Process.*

SUMÁRIO

1	Introdução.....	6
2	Capítulo 1 – Jogo, Esporte e Política.....	8
	2.1. A Evolução do Conceito de Jogo.....	8
	2.2. A Gênese do Esporte Moderno.....	10
	2.3. O Estabelecimento dos Jogos Olímpicos Modernos.....	13
	2.3.1. A Política na Concepção dos Jogos Olímpicos Modernos.....	15
	2.3.2. Manifestações Políticas nos Jogos Olímpico Modernos.....	17
	2.4. Conclusões.....	18
3	Capítulo 2 – As Teorias de Relações Internacionais e os Jogos Olímpicos Modernos.....	19
	3.1. A Perspectiva Realista.....	21
	3.2. A Perspectiva Institucional Liberal.....	27
	3.3. A Perspectiva Construtivista.....	30
	3.4. Conclusões.....	33
4	Capítulo 3 – O Processo Decisório Pelo Boicote.....	33
	4.1. Contextualização do Momento Histórico do Boicote de 1980.....	34
	4.2. O Modelo da Política Racional.....	36
	4.3. O Modelo do Processo Organizacional e o Modelo da Burocracia Política.....	40
	4.4. Conclusões.....	45
5	Conclusão	46
6	Referências.....	48

1 INTRODUÇÃO

O esporte é um fenômeno global muitas vezes ignorado no campo das Relações Internacionais. Sua presença consistente no cenário mundial é inegável e facilmente visualizada a partir da fundação dos Jogos Olímpicos modernos em 1896, pelo Barão de Coubertin. A influência política no âmbito dos Jogos olímpicos foi rechaçada desde sua fundação, cujo objetivo, entre outras coisas, era o de que a competição esportiva internacional levasse os indivíduos e as nações a se verem como amigos pacíficos. De acordo com o espírito olímpico, o esporte deveria ser uma área onde um entendimento comum poderia ser alcançado e a política não deveria se fazer presente.

No entanto, diversos exemplos demonstram a falha na tentativa de separar os Jogos Olímpicos da política, como as olimpíadas nazistas de 1936, na qual o evento foi utilizado como ferramenta de propaganda da então alegada “superioridade ariana” ou os protestos contrários aos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, em face ao desrespeito chinês aos direitos humanos. Porém, provavelmente, nenhum outro momento histórico reflete tão bem a junção de esportes e política como as Olimpíadas de 1980, sediada em Moscou durante a Guerra Fria.

Especificamente nos Jogos de 1980, ocorre o maior boicote olímpico já registrado, liderado pelos Estados Unidos. Esse acontecimento é o objeto do estudo aqui proposto que, em especial, busca entender como, durante o processo por sua decisão, argumentos de política de poder e de direitos humanos foram alegados e como se deu (se constatada) sua influência na decisão final.

Para tanto, o trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro trata da definição de jogo e competição bem como as diferenças entre eles. Em seguida aborda a construção de nossa atual concepção de esporte. Por fim, adentra no tema do surgimento dos Jogos Olímpicos modernos e os seus ideais fundacionais.

O segundo capítulo busca trazer a análise para o Campo das Relações Internacionais, para entender, através de suas teorias, os mais diversos aspectos dos Jogos Olímpicos modernos no cenário internacional.

Finalmente, o terceiro capítulo, foca no caso do boicote às Olimpíadas de 1980. Busca-se entender como se deu o processo por sua decisão e posterior consolidação, com foco nos argumentos de política de poder e direitos humanos usados à época. Para tanto o estudo de análise de processo decisório proposto por Alisson (1969) é utilizado como modelo analítico, uma vez que seu estudo “*Conceptual*

models and the Cuban missile crisis” fornece três abordagens metodológicas distintas que buscam explicar as tomadas de decisões políticas, o que certamente é fundamental para o estudo do caso proposto, já que fornece uma gama de dimensões e perspectivas essenciais para a análise de um processo decisório.

2 CAPÍTULO 1 – JOGO, ESPORTE E POLÍTICA

O presente capítulo foi dividido em três tópicos para melhor esclarecimento de características fundamentais ao estudo proposto, especialmente, a inserção do esporte como um objeto da política. O primeiro tópico “A Evolução do Conceito de Jogo” busca, a partir do conceito *Homo Ludens* de Huizinga (2000), detalhar como o jogo é uma característica inerente ao ser humano, para depois, aplicar tal pensamento à sociedade grega clássica. Nele, destaca-se a introdução do valor político ao jogo.

O segundo tópico “A Gênese do Esporte Moderno” tem o intuito de detalhar as diferenças entre as práticas físicas, descritas no tópico anterior, e o esporte tal como conhecemos na atualidade. Aqui fica nítida a ingerência da sociedade moderna no campo das atividades físicas.

Por fim, o terceiro tópico “O Estabelecimento dos Jogos Olímpicos Modernos”, busca unificar o exposto nos tópicos anteriores na intenção de entender como ocorre a instituição dos Jogos Olímpicos modernos. É relevante o papel de Pierre de Coubertin, suas ideias na concepção dos jogos modernos e a discussão sobre a presença ou não de ideais políticos em sua idealização e posterior efetivação. Por fim, se faz um apanhado de algumas manifestações notórias no âmbito dos Jogos modernos.

2.1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE JOGO

Alguns antropólogos alegam que o jogo é anterior à cultura, uma vez que a atividade lúdica pode ser visualizada em locais onde não se percebe a presença de uma sociedade, como entre os animais. (VASCONCELLOS, 2008) Buscando uma definição do ser humano, Huizinga (2000), cunha a expressão *Homo ludens* para definir o ser humano a partir da prática de jogos. Julgando a função social do jogo tão importante como nossas habilidades de fabricar objetos (*Homo faber*) e de raciocinar (*Homo sapiens*), o autor define que

[...] mesmo em suas formas mais simples, ao nível animal, o jogo é mais do que um fenômeno fisiológico ou um reflexo psicológico. Ultrapassa os limites da atividade puramente física ou biológica. É uma função significativa, isto é, encerra um determinado sentido. No jogo existe alguma coisa "em jogo" que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação. Todo jogo significa alguma coisa. Não se explica nada chamando "instinto" ao princípio ativo que constitui a essência do jogo; chamar-lhe "espírito" ou "vontade" seria dizer demasiado. Seja qual for a maneira como o considerem, o simples fato de o jogo encerrar um sentido implica a presença de um elemento não material em sua própria essência. (HUIZINGA, 2000, p. 5)

Nessa definição, o jogo é apolítico em sua essência, uma vez que, independe da sociedade ou sequer do ser humano para existir. Assim, o jogo puramente lúdico é função em si mesmo, ou seja, vencer um jogo lúdico diz respeito apenas ao próprio jogo, nada mais do que isso. Huizinga (2000) demonstra, como aspectos culturais, tais como os cultos, detêm elementos dos jogos lúdicos e os utilizam em função de algumas características sociais específicas. Nesse escopo, as sociedades são permeadas de diversas características e condutas também observadas no mundo dos jogos lúdicos.

Se, finalmente, observarmos o fenômeno do culto, verificaremos que as sociedades primitivas celebram seus ritos sagrados, seus sacrifícios, consagrações e mistérios, destinados a assegurarem a tranquilidade do mundo, dentro de um espírito de puro jogo, tomando-se aqui o verdadeiro sentido da palavra. Ora, é no mito e no culto que têm origem as grandes forças instintivas da vida civilizada: o direito e a ordem, o comércio e o lucro, a indústria e a arte, a poesia, a sabedoria e a ciência. Todas elas têm suas raízes no solo primevo do jogo. (HUIZINGA, 2000, p. 8)

Entretanto, é evidente que, atualmente, imaginar a prática de um jogo de maneira dissociada da cultura é difícil. A partir dessa afirmação, percebemos que o ludismo é alcançado pela esfera social e passa a ser por ela utilizado. "O jogo" teria, a partir daí, o papel de sustentar condutas que digam respeito, não somente "aos jogadores", mas que digam respeito à comunidade, mesmo que ela não tenha ciência disso.

Na Grécia antiga, uma sociedade notoriamente politeísta e agonística, o elemento lúdico é incorporado "na simbologia e no sustento dos cultos e ritos sagrados, nas provas de sacrifício e nas honras aos deuses, no respeito às consagrações e na reverência aos mistérios" (Vasconcelos, 2008, p.37). O templo, o

teatro e o estádio seriam manifestações de tal regramento, a partir do qual, condutas específicas devem ser seguidas.

Os gregos fizeram questão, até mesmo, de distinguir linguisticamente o jogo (praticado em sua maior parte pelas crianças), da competição. O primeiro seria aquele no qual o resultado é inerente à sociedade, se joga simplesmente por jogar. Já o segundo, é de interesse público, afeta a própria conduta social. A competição, era parte tão fundamental da sociedade grega que permeava diversas de suas práticas sociais:

Even the art of drama in Athens took the form of civic contests, in which tragedians like Aeschylus and Sophocles competed against each other for prizes. It comes as no surprise, then, to learn that the ancient Greeks invented athletic competition as we know it, and indeed we take our words athlete and athletics from ancient Greek. One of the many ways in which we moderns are the heirs of the ancient Greeks is our revival and recreation of the supreme athletic competition they first staged, the Olympic Games. As Nietzsche realized, no subject takes us closer to the heart of the ancient Greek world than the competitive spirit of the Olympics. (CANTOR, HUFNAGEL, 2012, p. 49)

A partir dessa perspectiva e da noção de que a religião era parte inquestionável da Grécia antiga, podemos perceber como eles a utilizavam para nortear algumas de suas celebrações. Assim, os Jogos Olímpicos clássicos unem, através da competição física, características da cultura grega no âmbito da celebração de um evento competitivo. Primeiramente, eles são constituídos para venerar o deus grego Zeus (atributo religioso). Em segundo lugar, eles tem o papel de preparar os gregos para possíveis conflitos com outras sociedades, mesmo que os praticantes não se dessem conta (atributo agonístico).

A partir daí, pode se fazer outra diferenciação entre o jogo puramente lúdico e o jogo competitivo. O primeiro, como vimos anteriormente, é essencialmente apolítico. O segundo, mais especificamente os jogos olímpicos clássicos, se beneficia de características lúdicas para promover, através da competição esportiva, algum ideal político. No caso de Grécia antiga, o papel político é o manter o povo preparado para a guerra e cultuar aos deuses ao mesmo tempo em que atendia aos ideais de beleza desenvolvidos pela sociedade grega.

2.2 A GÊNESE DO ESPORTE MODERNO

A presença da prática de esportes, em nossa sociedade atual, é notória. A diferenciação entre jogo e competição, feita no tópico anterior, serve para explicar o

surgimento dos jogos olímpicos clássicos e sua ligação com aspectos da sociedade grega. No entanto, em nenhum momento, tais práticas recebem a denominação de esporte. A explicação para tal é a mais simples possível. Não existia ali o esporte da maneira que entendemos contemporaneamente. Assim, o presente tópico pretende explicar em que consiste o esporte atual e o diferenciar daquilo que era praticado na Grécia Antiga.

Como vimos, a atividade física na antiguidade grega servia, em resumo, como forma de culto aos deuses ao mesmo tempo em que preparava os gregos para possíveis conflitos. O esporte, como conhecemos hoje, surge na Europa por volta do século XVIII e a partir dali se difunde pelo mundo. Sua formação pode ser entendida como uma mesclagem de características de jogos culturais, às características da vida moderna. Bratch (2003) resume bem como os jogos adquirem a característica esportiva.

O declínio das formas de jogos populares inicia-se em torno de 1800. Eles parecem ficar paulatinamente fora de uso, porque os processos de industrialização e urbanização levaram a novos padrões e novas condições de vida, com as quais aqueles jogos não eram mais compatíveis. Com isso, os jogos tradicionais foram esvaziados de suas funções iniciais, que estavam ligadas às festas (da colheita, religiosas, etc.) [...] Este fenômeno esportivo tomou como de assalto o mundo da cultura corporal de movimento, tornando-se sua expressão hegemônica, ou seja, a cultura corporal de movimento esportivou-se. (BRATCH, p. 14, 2003)

Duas teorias abrangentes foram desenvolvidas respectivamente por Guttmann e Szymanski para explicar o desenvolvimento do esporte moderno. Guttmann (1978) postulou a própria versão da modernização do esporte, na qual argumentou que o esporte moderno possui sete características estruturais:

- Em primeiro lugar, era secular sem razões religiosas para participação;
- Segundo, deve demonstrar igualdade. Em teoria, todos devem ter a oportunidade de competir e suas condições devem ser as mesmas para todos os participantes;
- Em terceiro lugar, está a ideia de especialização: todos que desejassem poderiam participar do futebol folclórico, esporte em que não havia papéis definidos, mas a ênfase na conquista no esporte moderno trouxe especialização tanto dentro de um esporte quanto entre esportes;

- Quarto, a racionalização em particular o desenvolvimento de regras que nas sociedades primitivas eram frequentemente consideradas rituais dados por Deus. Já nos esportes modernos, não-seculares, foram inventadas e escritas suas regras. O desenvolvimento da ciência do esporte trouxe ainda mais racionalização;
- Sua quinta característica foi a burocratização. Quase todo grande esporte moderno tem suas organizações nacionais e internacionais, que desenvolveram extensas burocracias para estabelecer regras universais para o esporte e supervisionar sua implementação. Isso não era necessário quando não havia regras escritas;
- Sexto, aconteceu a quantificação pelo qual os esportes modernos transformam todos os feitos atléticos em estatísticas;
- Por fim, a partir da quantificação, há seu sétimo ponto, a ênfase moderna em registros.

Por outro lado, Szymanski argumenta que o esporte moderno emergiu de novas formas de associação, que se desenvolveram autonomamente na Grã-Bretanha após a retirada do Estado do controle das atividades associativas. Ele contrasta com a situação em alguns países como França e Alemanha, onde a formação de clubes continua exigindo a aprovação explícita ou implícita do Estado. Nesses dois países, os esportes modernos se desenvolveram de maneira consistente com, ou mesmo a serviço dos objetivos do Estado, principalmente a necessidade de manter a preparação militar. (SZYMANSKI, 2008)

É interessante notar que, em ambas as concepções, a gênese do esporte é cultural e está intimamente ligada à sociedade civil. Apesar da noção de Szymanski (2008) de que o esporte se desenvolve a partir da ausência da ingerência estatal, é patente que tal ingerência acaba por ocorrer na modernidade. Ou seja, o esporte (ainda apenas como jogo) surge na sociedade como uma prática cultural e é regulado pelo Estado o que confere a ele o *status* de esporte. Tal ingerência também é observada na forma negativa, como observa Bratch (2003)

é importante observar também, que os jogos populares foram muitas vezes reprimidos pelo poder público, como aliás, também foi o caso de uma prática corporal das classes populares brasileiras, a capoeira, que sofreu perseguição violenta por parte das autoridades brasileiras nas décadas de 1910 a 1930. No caso da Inglaterra, foi principalmente nas escolas públicas que estes jogos vão sobreviver, pois lá eles não eram percebidos como ameaça à propriedade e à ordem pública. Vai

ser nas escolas públicas que aqueles jogos (o caso clássico é o futebol) vão ser regulamentados e aos poucos assumir as características (formas) do esporte moderno. (BRATCH, p. 14, 2003)

Assim, em resumo, podemos perceber como a esportização do jogo cultural está intrinsecamente ligada ao surgimento da sociedade capitalista moderna e, em especial, ao advento da revolução industrial na Inglaterra que mudou por completo o hábito de vida dos ingleses. Características desse modelo de organização social são refletidos na própria concepção do esporte moderno. Os pontos definidos por Guttmann são correlacionáveis com a sociedade capitalista como, por exemplo a quantificação, presente tanto no esporte (placar) quanto na economia (PIB).

A presença política, como uma forma de controlar as mais diversas atividades, na sociedade é evidenciada por Foucault no conceito denominado biopolítica.

A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder. (FOUCAULT, 1999, p. 292-293).

A influência da política no controle da população é facilmente transportada para a temática dessa pesquisa, como, no anteriormente elucidado, desenvolvimento do esporte moderno na Inglaterra, no qual o Estado inglês passa a regular a atividade, antes considerada uma prática cultural.

He (Foucault) labeled this version of state power “biopower” or “biopolitics,” a politics concerned with governing populations, which operates by controlling bodies through regulatory and disciplinary systems and by increasing its capacities for surveillance in areas such as family, health, sexuality, birth, and death.(BESNIER; BROWNELL; CARTER, 2017, p. 201)

O foco de Foucault no corpo abre uma nova maneira de entender a relação entre esporte e Estado. Não é por acaso que os estudos de educação física se desenvolveram em paralelo com o fortalecimento do Estado soberano. Uma análise do movimento olímpico, através do conceito de biopolítica demonstra como a filosofia do olimpismo disciplina os atletas, molda pensamentos e conceitos e utiliza a plataforma olímpica para exibir o resultado desse processo como um exemplo para o público. (BESNIER. BROWNLL; CARTER, 2017)

2.3 O ESTABELECIMENTO DOS JOGOS OLÍMPICOS MODERNOS

A reinstituição dos Jogos Olímpicos em 1896 é contada oficialmente como uma tentativa de promoção da paz entre Estados. A escolha semântica do Barão de Coubertin ao buscar recriar as antigas práticas físicas dos gregos é extremamente interessante do ponto de vista político de construção de um discurso. A opção pela expressão “Jogos Olímpicos” em oposição a alguma outra, como, “Esportes Olímpicos” merece ser analisada mais a fundo, afinal de contas, sua escolha é fundamentalmente ligada à sua intenção de atuação.

Recriados pelo aristocrata francês Pierre de Coubertin em 1896, os Jogos Olímpicos da Era Moderna são pautados pelo princípio filosófico do “olimpismo” que busca, entre outras coisas, desvincular o evento de qualquer tipo de política. Os jogos modernos teriam, em suma, o papel de gerar harmonia, bem-estar e paz entre os povos a partir da competição esportiva. Coubertin se inspira nos jogos clássicos e deles retira ideias que seriam reproduzidos em sua versão moderna.

I was right to create from the outset, around the renewed Olympism, a religious sentiment (transformed and widened by Internationalism, Democracy and Science) [...] This is the origin of all the rites which go to make the ceremonies of the modern Games. (COUBERTIN, 1935, p. 131)

É importante ressaltar que Coubertin fundou o movimento olímpico com uma doutrina de universalismo, que, como aparece na Carta Olímpica mais recente, busca afastar-se de qualquer ligação com o campo político. Como reporta Boykoff (2016) os idealizadores declaram que *“We actively combat the introduction of politics into the Olympic movement and are adamant against the use of the Olympic Games as a tool or as a weapon by any organization”*. (BOYKOFF, 2016, p. 60)

O terceiro item de sua regra de número cinquenta da Carta Olímpica define que “não é permitida em qualquer instalação Olímpica qualquer forma de manifestação ou de propaganda política, religiosa ou racial” (Carta Olímpica, 2011, p.101). A manifestação política, no âmbito da prática esportiva, é vista, pela doutrina do olimpismo, como uma forma de criar inimizades e, conseqüentemente, minar o objetivo da doutrina que consiste em

O objetivo do Olimpismo é o de colocar o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso da pessoa humana em vista de promover uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana. (Carta Olímpica, 2011, p.25)

Assim, mais do que apenas um festival esportivo, os jogos são imbuídos de uma visão filosófica complexa que implica em princípios éticos, como Lapchick bem explicita.

The aims of the Olympic Movement are to promote the development of those fine physical and moral qualities which are the basis of amateur sport and to bring together the athletes of the world in a great quadrennial festival of sports thereby creating international respect and goodwill and thus helping to construct a better and more peaceful world.(LAPCHICK, 1978, p. 1)

Pierre de Coubertin, conseguiu, com aquilo que denominou “olimpismo”, não apenas influenciar o crescimento dos Jogos, mas também delimitou aspectos éticos e sociais fundamentais do movimento olímpico. Quando os Jogos Olímpicos são abordados como meros campeonatos esportivos, no entanto, o significado das Olimpíadas o movimento e seus ideais inspiradores não são totalmente compreendidos nem apreciados. Da mesma forma, muitas vezes é difícil determinar como o olimpismo esclarece questões éticas e conflitos que surgem dentro e através de competições esportivas, uma vez que, como demonstrado acima, ele nem mesmo prevê a ocorrência de tais entraves.

2.3.1 A POLÍTICA NA CONCEPÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS MODERNOS

Como os dois primeiros tópicos do presente capítulo demonstraram, o esporte reflete as sociedades das quais emerge. É impossível para o esporte se distanciar dos problemas que afetam o mundo em geral. Embora os administradores esportivos, como Coubertin, insistam no discurso de que esporte e política não se misturam, ambos se baseiam em princípios semelhantes a primazia do mais forte em detrimento do mais fraco. A tentativa de isolar os jogos da presença política é o discurso adotado por Coubertin. No entanto, alguns acadêmicos não concordam com tal pressuposto.

Quando o barão Pierre de Coubertin criou o conceito das Olimpíadas modernas para destacar tudo de positivo sobre a humanidade através das virtudes do fair play, competição e disciplina, ele constrói o discurso dos Jogos como um palco para melhorar as relações internacionais, reconciliar as nações e promover a paz mundial. No entanto, diversos são os autores que indicam, em contradição ao exposto

no tópico anterior, a presença de ideais políticos nos jogos modernos. O presente tópico se dedica a demonstrar, de forma extensiva, tais argumentos.

O rechaçamento do caráter político da instituição do jogos modernos é feito de forma consistente por Coubertin. Embora ele tenha rejeitado publicamente injetar política nas Olimpíadas, nos bastidores, ele mobilizou agentes do poder político para ajudar a estabelecer e nutrir os jogos.

As Olimpíadas representam uma das mais disputadas formas de competição internacional e são ao mesmo tempo utilizadas para promover a paz. O esporte olímpico tenta se manter longe da política, mas é constantemente politizado. Da mesma forma que é politizado o jogo lúdico para servir à ideais da sociedade (COTTRELL; NELSON, 2011)

A intenção do Barão de Coubertin, de que a prática esportiva poderia superar a política, criando um ambiente de boa vontade, que tinha como um de seus objetivos construir um ambiente internacional mais respeitoso é, em uma análise superficial, nobre. Porém, o mesmo Barão agiu politicamente, ao trabalhar para impedir a participação alemã na primeira edição dos jogos por conta da recente Guerra Franco-Prussiana. (LAPCHICK, 1978)

Política, no mais amplo sentido do termo, sempre foi uma parte das Olimpíadas. Os jogos modernos foram revividos para propagar uma mensagem política. Em outras palavras, a visão política institucionalizada nas Olimpíadas sempre foi inconsistente e contraditória. Por um lado, propaga o bem comum e a paz e por outro abre brechas para manifestações de cunho nacionalistas. (GUTTMANN, 1992)

In reality the Olympics are political through and through. The marching, the flags, the national anthems, the alliances with corporate sponsors, the labor exploitation behind the athletic-apparel labels, the treatment of indigenous peoples, the marginalization of the poor and working class, the selection of Olympic host cities—all political. To say the Olympics transcend politics is to conjure fantasy. (BOYKOFF, 2016, p. 13)

O olimpismo e sua doutrina da universalidade não são muito mais do que uma filosofia de conveniência segundo Berg, que pontua algumas de suas contradições, entende que o plano filosófico do olimpismo não se efetiva da maneira esperada na, uma vez que, na realidade, a política domina os Jogos

For the cities and corporate sponsors of the games, Olympism and its doctrine of universality are not much more than a philosophy of convenience; a pre-packaged ideology ready to be adopted when the Olympics come to town. Few outside the IOC share Coubertin's views

on the moral neutrality of political systems, or, indeed, the IOC's view that politics has nothing to do with the Olympic ceremony. Instead, for the host nations, the games represent an easy opportunity to conduct domestic and international politics without the distraction of being accused of doing so. Even the athletes, standing on the winners podium, draped in their national flag and singing their national anthem, must realise that politics, not sport, is the dominant Olympic event. [...] At their best, the Olympics are a government supported circus provided by politicians from democratic countries who want the world's media to flock to their most attractive city. But at their worst, the Olympics have provided totalitarian regimes with pre-packaged marketing programs, allowing them to paper-over serious human rights issues while they pretend to be enlightened members of the international community. The moral authority that the International Olympics Committee continues to claim has been repeatedly shattered by the experience of 100 years of the Olympic Games. (BERG, 2008, p.16-18)

O entendimento de todos os autores citados vai na direção oposta daquilo pregado por Coubertin. Como demonstram, é ponto pacífico na literatura atual que a política, seja na sua própria constituição ou na utilização estatal do evento, é parte integrante dos Jogos modernos.

2.3.2 MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS NOS JOGOS OLÍMPICOS MODERNOS

Seguindo o entendimento de que os Jogos modernos estão imbuídos de caráter político, o presente tópico busca exemplificar algumas de suas manifestações, que ocorre muitas vezes na forma de boicote. O boicote aos Jogos Olímpicos tem sido utilizado durante a sua era moderna de forma sistemática por ser uma das formas mais evidentes de protesto. O boicote, talvez, represente melhor a ideia de Estados usando o esporte como um mecanismo para alcançar objetivos de política externa. (BEACOM, 2012 p.113) Apesar disso, não é a única forma de manifestação política visualizada nesse evento.

At the Olympics and beyond, the most basic form of political contention is protest. Protest is a broad concept that refers to a set of actions aimed to demonstrate disapproval and/or to convince or coerce others to change their behavior. There are a number of actions that can be considered forms of protests, from peaceful demonstrations and hunger strikes to boycotts and political violence. (COTTRELL; NELSON, 2010, pag.14)

Os primeiros Jogos Olímpicos modernos estiveram, relativamente, livres de demonstrações políticas. Esse cenário muda a partir das duas guerras mundiais que

começam uma série de banimentos e boicotes. (COTTRELL; NELSON, 2011) O primeiro grande exemplo é a Olimpíada de 1936 em Berlim, que serviu de propaganda para o crescente movimento nazista e, conseqüentemente, foi boicotada por algumas nações. Trinta e duas nações boicotaram os Jogos Olímpicos de 1976 em Montreal porque a Nova Zelândia manteve relações esportivas com a África do Sul segregacionista. A invasão soviética ao Afeganistão é um dos principais motivos que leva aos boicotes de 1980 e 1984. (LAPCHICK, 1978)

Em 1972, terroristas árabes sequestraram e mataram atletas israelenses em Munique. O governo mexicano matou estudantes que protestavam protestando contra os Jogos Olímpicos de 1968 na Cidade do México. Os Estados Unidos se recusaram por duas décadas a emitir vistos para atletas da Alemanha Oriental competirem em seu país.

Mais recentemente, as Olimpíadas de Pequim em 2008 foram tidas como uma oportunidade para protestar contra a aspiração da China de ser vista como uma grande potência moderna. Apesar de todos os esforços grandiosos da China como sede olímpica, os Jogos ocorreram sob uma sombra de contestação política sobre questões como direitos humanos, autonomia para o Tibete, segurança de produtos e o fracasso de Pequim em pressionar o governo sudanês em Darfur. (COTTRELL; NELSON, 2010)

Esses são alguns exemplos emblemáticos de manifestações políticas em Jogos Olímpicos. A partir deles podemos perceber a influência dos esportes servem como uma ferramenta política ou como um meio de reconhecimento diplomático ou isolamento, como veículo de protesto e propaganda, como catalisador de conflito, como forma de ganhar prestígio através da cooperação internacional, como veículo de controle social interno, como estímulo à modernização e unificação, dentre outros. (STRENK, 1979)

2.4 CONCLUSÕES

Fazendo um apanhado geral do capítulo, percorremos o conceito de Huizinga, que define o jogo como uma constante humana, podendo ocorrer até mesmo antes da manifestação da sociedade e de sua cultura e, podendo por isso, ter caráter apolítico. Em seguida, aborda-se a utilização de tal preponderância humana em

práticas sociais e culturais, exemplificado na utilização social dos jogos olímpicos clássicos com o intuito de promover a religiosidade e a preparação para o conflito.

Dando seguimento, o surgimento do esporte como conhecemos atualmente é o tema do tópico seguinte. Faz-se a diferenciação entre as práticas esportivas clássicas e o esporte moderno. Entende-se que as mudanças advindas com a modernidade são essenciais para a transformação do jogo cultural em esporte. Características da sociedade capitalista industrial emergente contribuem e são incorporadas em aspectos do esporte incipiente. Destaca-se também o papel da sociedade civil e do Estado, o primeiro como fonte da cultura de movimento que é depois regulada pelo segundo, assim transformando-a em esporte.

Os tópicos seguintes se convergem para explicar diversos aspectos dos Jogos Olímpicos da modernidade. A proposta de desligamento dos Jogos da política feita por Coubertin, através do ideal filosófico do olimpismo é rebatida por diversos acadêmicos. Por fim, alguns dos exemplos mais notórios de manifestação política no seio dos Jogos Olímpicos são elencados.

3 CAPÍTULO 2 – AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS JOGOS OLÍMPICOS MODERNOS

As Relações Internacionais começaram a ser estudadas de forma institucionalizada e acadêmica ao final da primeira Guerra Mundial, em 1919. Nessa época, as Olimpíadas já eram praticadas há 23 anos, com seis edições realizadas até então. É importante notar que, mesmo com as divergências entre acadêmicos e teóricos da área, as Relações Internacionais podem ser definidas, genericamente, como o estudo de relações ou efeitos políticos que têm ou podem vir a ter impacto ou relevância no âmbito internacional.

É justamente esse fato que demonstra a importância da abordagem feita no capítulo anterior, na qual fica clara a ingerência política no seio dos Jogos Olímpicos modernos. Ora, não houvesse a presença da política nesse tema o presente trabalho não seria possível. Assim, será explorada a visão do campo de estudo das Relações Internacionais, através de suas diferentes teorias e perspectivas, no entendimento do fenômeno dos Jogos Olímpicos.

Although sport does not represent the most frequent research interest among IR scholars, with its global outreach and the impact on international relations and a state's soft power, there has been an

increase in the number of works focusing on the relationship between sports and politics. (LUSA, 2017 p.74)

Alguns eventos mundiais são tão intocáveis que às vezes os tomamos como necessários e atemporais e não refletimos o suficiente sobre o que há por trás de sua instituição. As Olimpíadas estão nessa categoria de eventos. Com mais de 110 anos de evolução, a competição teve 250 atletas de 14 países em sua primeira edição moderna. 112 anos depois, em Pequim, participaram mais de 11.000 atletas de 204 comitês internacionais diferentes. (COTTRELL; NELSON, 2011) O seu crescimento é evidente também na transmissão mundial para mais 4.5 bilhões de pessoas em 2008. (TORRES, 2011) Pode-se argumentar que, por exemplo, Lothar Matthäus e Michael Schumacher tiveram uma influência formativa maior na imagem que os jovens têm da Alemanha do que Hegel ou Bismarck.(ALLISON; MONNINGTON, 2003)

Estudiosos de Relações Internacionais ainda demonstram poucos sinais de consideração da presença dos esportes na política internacional. Apesar da existência de trabalhos que analisam o impacto do esporte na sociedade mundial, estes foram escritos, em sua maioria, por especialistas da História, do Direito e da Sociologia. Poucos buscam analisar tal fenômeno a partir da perspectiva das Relações Internacionais. (LEVERMORE; BUDD, 2004) Por conta disso, a presente pesquisa busca, ao menos em parte, preencher a lacuna supracitada.

Da mesma forma que o anterior, este capítulo foi dividido em três tópicos distintos. Explorando a relativa coincidência temporal entre a instituição dos Jogos modernos, há 123 anos, e o estudo acadêmico das relações internacionais, iniciado 100 anos atrás, o presente capítulo busca intercalar diferentes teorias de Relações Internacionais e suas respectivas percepções com o intuito de demonstrar, a partir do que foi exposto no primeiro capítulo, a possibilidade da análise política dos Jogos Olímpicos Modernos.

Diversas teorias são passíveis de aplicação em pesquisas científicas no campo das Ciências Sociais, no qual as Relações Internacionais está inserida. Tendo em vista que um dos pontos mais importantes da pesquisa é o papel dos Jogos Olímpicos como instrumento da política internacional, as diferentes teorias de Relações Internacionais podem ser utilizadas para entender distintos aspectos de tal fenômeno. Cada uma das teorias ajuda a dar uma melhor explicação a diferentes tipos de questionamentos, tendo, cada qual, suas vantagens e desvantagens. Com isso em

mente, a depender do aspecto analisado as diferentes abordagens têm melhor eficácia em explicar diferentes aspectos do caso analisado. (SYNDER, 2004).

As abordagens institucionalistas liberais poderiam ser utilizado para entender o funcionamento do Comitê Olímpico Internacional, seu papel internacional e impacto no cenário internacional. O construtivismo focaria nos valores morais coletivos advindos da prática do olimpismo e na promoção de novas ideias e valores. Seria útil, também, no entendimento da construção política feita para justificar uma decisão externa no âmbito interno e individual. No entanto, cada uma dessas abordagens tem melhor eficácia em explicar diferentes aspectos, sendo assim, as teorias são, de certa maneira, complementares, ao passo que, aonde uma tem dificuldades, outra pode fornecer melhores explicações. (SYNDER, 2004)

3.1 A PERSPECTIVA REALISTA

Neste tópico serão modelos de análise do Jogos Olímpicos a partir do ponto de vista da perspectiva realista das Relações Internacionais. Discute-se a aplicabilidade de suas abordagens e respectivas visões dos Jogos Olímpicos no cenário externo.

A teoria realista das Relações Internacionais é notabilizada por ser uma das mais utilizadas no campo. Apesar das variações decorrentes de sua evolução histórica/epistemológica, seus fundamentos são de uma presumida natureza má do ser humano que é elevada ao comportamento estatal. A política no âmbito internacional seria fruto da objetividade de tal natureza. Assim, seria possível distinguir, de maneira objetiva, a “realidade” da “opinião”. Essa objetividade é uma das causas primordiais do primeiro debate entre realistas e aqueles que eles chamam de idealistas.

Essa preocupação teórica com a natureza humana tal como ela se apresenta, e com os processos históricos, à medida que eles ocorrem, fez com que a teoria aqui caracterizada ganhasse o nome de realista. (MORGENTHAU, 2003, p.4)

Assume-se, em uma primeira abordagem, que os Estados são os únicos atores no sistema internacional que, nessa perspectiva, é anárquico. As ações dos Estados seriam sempre o resultado de uma escolha racional que busca o acúmulo de poder. Hans Morgenthau (2003), o principal teórico do realismo clássico nas Relações Internacionais descreve que, "a política internacional, como toda a política, é uma luta

pelo poder. Quaisquer que sejam os objetivos finais política internacional, o poder é sempre o objetivo imediato”. Essa pré-disposição à busca pelo poder e a anarquia do cenário internacional levam, para o realista clássico, à uma luta incessante na qual cálculos políticos que levam em conta os interesses estatais são sempre moldados em torno de aspectos ligados ao próprio poder.

O conceito de interesse definido como poder impõe ao observador uma disciplina intelectual e introduz uma ordem racional no campo da política, tornando possível, desse modo, o entendimento teórico da política. (MORGENTHAU, 2003, p.7)

O teórico Edward Hallett Carr descreve de maneira sucinta algumas das falhas do realismo clássico e demonstra como essa abordagem falha em explicar alguns eventos que, notavelmente, ocorrem no âmbito da política exterior. Fica evidente que a não aceção de atores internacionais distintos dos Estados mina a capacidade do realismo clássico de entender ou até mesmo estudar tais fenômenos, os reduzindo à anomalias.

O realismo, embora preponderante em termos lógicos, não nos dá as fontes de ação que são necessárias até mesmo para o prosseguimento do pensamento. Com efeito, o próprio realismo, se o atacarmos com suas próprias armas, frequentemente se revela, na prática, como tão condicionado quanto qualquer outra forma de pensamento. [...] o puro realismo não pode oferecer nada além de uma luta nua pelo poder, que torna qualquer tipo de sociedade internacional impossível (CARR, 2001, p. 117/122)

Carr expõe também outro aspecto, extremamente importante para os Jogos Olímpicos modernos, no qual o realismo clássico não oferece ferramentas teóricas de explicação ou análise fora de seu contexto político. Esse aspecto se refere à falta de possibilidade de se analisar objetivos e significados fora de seu contexto político. Como seria possível então, a partir dessa teoria, se estudar um evento internacional que é carregado de significados, como o olimpismo, e busca promover a paz, sem o reduzir às supracitadas anomalias?

Acima de tudo, o realismo consistentemente falha porque deixa de oferecer qualquer campo para a ação voltada para objetivos e significados. Se a sequência de causa e efeito for suficientemente rígida para permitir a "previsão científica" dos acontecimentos, se o nosso pensamento for irrevogavelmente condicionado por nosso status e nossos interesses, então tanto a ação quanto o pensamento se tornam desprovidos de objetivo. (CARR, 2011, p 121)

Por ser uma abordagem pragmática, racional, procurando na sobrevivência e no interesse próprio como os principais objetivos dos estados, onde a guerra é estado

de natureza o papel das competições esportivas internacionais e de um Comitê Olímpico Internacional regulador torna-se marginal em comparação com a segurança nacional e política externa.

No entanto podemos utilizar a perspectiva realista em desde o começo dos Jogos Olímpicos modernos, mas especialmente durante o período político entre Berlim 1936 e Los Angeles 1984. Os realistas argumentariam que os cancelamentos dos Jogos Olímpicos de 1916 durante a Primeira Guerra Mundial e Jogos Olímpicos de 1940 e 1944 durante a Segunda Guerra Mundial, mostram que a importância dos Jogos Olímpicos é bem menor se comparada com a segurança nacional dos estados.

Nesta visão de mundo, os eventos que vemos no jornal são amplamente gerados por governos competindo entre si com base no uso soberano de recursos nacionais militares e recursos econômicos. O esporte a esse respeito é apenas outro campo de. O esporte internacional é organizado em torno de atletas e equipes que representam seus respectivos países. "Team USA" não é apenas um conjunto de atletas, mas uma personificação da soberania americana. Além disso, nessa perspectiva de "poder", resultados em competições esportivas refletem a força relativa e a riqueza das nações. Não é acidente que os americanos e os soviéticos competiram tão ferozmente através do esporte durante a Guerra Fria como uma extensão de sua rivalidade geopolítica. (CHA, 2009)

O primeiro líder a entender o potencial significado político dos Jogos Olímpicos foi Adolf Hitler, nas Olimpíadas de 1936 em Berlim. A Alemanha usou os jogos para mostrar-se fortalecida, utilizando-se de uma cerimônia de abertura chamativa, da atmosfera nacionalista nos estádios, e de desfiles militares nas ruas e um nível de organização sem precedentes.

O regime nazista usava o caos político e financeiro da Alemanha em busca de promover sua ideologia nacionalista e racista através da propaganda e do terror para melhorar sua estatura política nacional e internacionalmente. Um realista certamente enquadraria tal atitude na política de prestígio descrita por Morgenthau que pode ser utilizada perfeitamente para entender a escolha dos Jogos Olímpicos para tal demonstração.

[...] na luta pela existência e pelo poder - que de certo modo constitui a matéria-prima do mundo social -, o que os outros pensam sobre nós se torna tão importante quanto o que somos na realidade. O que somos como membros de uma sociedade acaba sendo determinado muito mais pela imagem refletida no espelho das mentes de nossos companheiros (isto é, nosso prestígio), do que pelo próprio original, do

qual a referida figura no espelho pode ser apenas um reflexo distorcido. Por isso, constitui uma tarefa necessária e importante fazer com que a imagem mental que as demais pessoas formam da posição de alguém na sociedade represente pelo menos a situação verdadeira, caso não lhe seja superior. É nisso que consiste a política de prestígio. Seu propósito é convencer outras nações do poder que seu país realmente possui - ou que ele acredita (ou deseja) que as demais nações suponham que ele detém. São dois os instrumentos específicos que servem a esse propósito: o cerimonial diplomático, na mais ampla acepção do termo, e a exibição de força militar (MORGENTHAU, 2003, p. 148)

Por outro lado, olhando o Estado como ator unitário e dando pouca importância às instituições internacionais, o realismo falha em explicar alguns incidentes significativos que ocorreram nos Jogos Olímpicos de 1968 na Cidade do México, quando Atletas afro-americanos Tommie Smith e John Carlos, abaixaram as cabeças e ergueram os punhos durante o hino nacional quando receberam suas medalhas, protestando contra a discriminação racial nos Estados Unidos ou, como o capítulo anterior descreveu, as manifestações de terrorismo como a que aconteceu durante o 1972 Jogos Olímpicos de Munique em 1972, na Alemanha Ocidental, quando terroristas da organização terrorista palestina "Setembro Negro" entraram furtivamente na Vila Olímpica e assassinaram onze.

Além da dificuldade em explicar comportamentos violentos de atores não estatais, como o terrorismo, os realistas clássicos encontram dificuldades, por exemplo, ao explicar como o Comitê Olímpico Internacional emergiu como um poderoso ator capaz de restringir o comportamento do Estado, por que os estados gostariam de sediar as Olimpíadas, mesmo quando isso não traga ganho material, ou como os grupos ativistas são capazes de usar as Olimpíadas para pressionar os Estados a mudar seu comportamento. Para questões como essas, outras orientações teóricas, como o construtivismo são mais adequadas para esclarecer o significado mais amplo das Olimpíadas na política internacional. (COTTRELL; NELSON, 2011)

No entanto, uma evolução da teoria, o neo-realismo, apresenta condições de fornecer uma análise mais adequada de tal fenômeno. Kenneth Waltz, em sua atualização da teoria realista, entende que o objetivo principal dos Estados no sistema internacional é a sobrevivência.

This institutional perspective is ontologically distinct from realist and neo-realist arguments, because, while it emphasizes the importance of power, it takes institutional structures rather than actors as the units of analysis (KRASNER, 1995, p. 258)

A anarquia, nessa visão atualizada, é inerente aos Estados e dá forma ao sistema internacional conflituoso. Assim, os Estados devem se adaptar à tal situação e, acabam se voltando à temas de segurança e defesa por conta da impossibilidade de se alterar tal natureza anárquica. Os interesses aqui não seriam frutos de uma natureza humana má, como no realismo clássico, e sim um reflexo dessa estrutura internacional.

Although many academics (and more than a few policymakers) are loath to admit it, realism remains the most compelling general framework for understanding international relations. States continue to pay close attention to the balance of power and to worry about the possibilities of major conflict. (WALT, 1998, p. 43)

O ponto principal torna uma análise neo realista dos Jogos Olímpicos relevante é a possibilidade de análise de como os Estados se comportam em meio ao sistema internacional. Waltz (1979) ainda dá destaque ao papel estatal, mas entende que eles, ao definirem a estrutura do sistema, acabando criando atores. Aqui abre-se a possibilidade de se analisar como os Estados nacionais lidam com esses novos atores.

States are not and never have been the only international actors. But then structures are defined not by all of the actors that flourish within them but by the major ones. In defining a system's structure one chooses one or some of the infinitely many objects comprising the system and defines its structure in terms of them. For international-political systems, as for any system, one must first decide which units to take as being the parts of the system. (WALTZ, 1979, p. 93)

A partir disso e de outras modificações em relação ao realismo clássico, a abordagem neo realista possibilita melhores explicações no que diz respeito à temática da balança de poder e no cenário internacional ao passo em que encontra dificuldades ou fornece explicações reducionistas à outras questões, como as questões associadas ao terrorismo ou manifestações individuais mencionadas anteriormente.

The only analysis that neorealism can offer for the foreign policy of a specific state is based on the power capabilities of that state and the overall distribution of power in the system. Neorealism has little to say about transnational relations. For that matter it has little to say about domestic politics either. (KRASNER, 1995, p 257)

Em resumo, uma análise neo realista abordaria as Olimpíadas como grandes eventos esportivos internacionais como locais para competições internacionais, onde grandes políticas de poder se desenrolam (WALT, 2008). Um exame das Olimpíadas a partir dessa perspectiva pode também ressaltar a duradoura participação dos atores estatais em um sistema internacional cada vez mais globalizado. No entanto, também sugere que os Jogos não têm efeito independente sobre os resultados internacionais porque eles são simplesmente usados por estados poderosos para aumentar a sua vantagem relativa no sistema internacional. Outras perspectivas neo realistas podem ajudar a dar entendimento ao boicote, como, por exemplo, a de "passar a bola" para outro indivíduo realizar ou ajudar a realizar o trabalho sujo, descrita por Mearsheimer (1995).

O realismo clássico se ateria, em sua maior parte, aos interesses egoístas dos Estados, com ênfase em aspectos de poder e segurança. Alguns fatores característicos dos Jogos Olímpicos, como a sua utilização como o local de batalhas simbólicas entre nações, favorecem, em certa medida, uma análise de viés realista, uma vez que a ação dos Estados, a partir de discursos de suas autoridades, documentos oficiais é de fácil identificação no caso em tela. (BERG; KESSLER, 2012)

Indiscutivelmente, a cultura do olimpismo pode ser vista como uma tecnologia disciplinar governante de poder e dominação. Além disso, usando o Olimpismo e suas conexões a respeito do comportamento moral, como tecnologias contemporâneas de poder, existe um enorme potencial para gerar indivíduos auto-reguladores, auto-realizáveis e auto-maximizantes que podem reforçar e perpetuar poderosas redes políticas de progresso. Os realistas argumentariam que essas regulações surgem e são do interesse do estado nacional para, por exemplo, criar produtividade econômica e a manutenção da ordem social. (GIRGINOV; HILLS, 2009)

Diante do exposto, entendo que uma abordagem estritamente realista encontra limitação em esclarecer alguns aspectos importantes dos Jogos Olímpicos. Mesmo assim existem momentos em que sua análise fornece dimensões que outras perspectivas contemplam de forma diferente, como nos casos em que os formuladores de políticas tomam medidas mínimas. Tanto a ação quanto a não ação em relação a boicote, na decisão de política externa, ocorrem em consequência de cálculos de interesse nacional. A partir do entendimento de que os principais eventos esportivos são concedidos às cidades-sede com vários anos de antecedência, as

partes interessadas poderiam informar seu planejamento com avaliações realistas dos futuros impactos políticos globais.

Além disso, por se concentrar nos interesses e poder nacionais, o realismo pode ajudar a entender a relação entre os Estados e o sistema desportivo internacional. Por isso, a teoria realista, merece um lugar na análise da questão esportiva. Ela ajuda a esclarecer a relativa atratividade do boicote em comparação com outras abordagens diplomáticas e outras perspectivas teóricas.

3.2 A PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA LIBERAL

A análise da utilização política dos Jogos Olímpicos pela perspectiva liberal das Relações Internacionais se assemelha à visão de Pierre de Coubertin, discutida no capítulo 1. A óbvia diferença é que Coubertin não queria dar margem à utilização ou à percepção da política nos Jogos enquanto essa perspectiva estuda, justamente, esses aspectos. Assim, como o realismo, essa visão teórica, passa por diversas modificações epistemológicas com o decorrer do tempo. Aqui, não abordarei nenhuma corrente específica do liberalismo/idealismo, no entanto, farei a análise através de seus preceitos fundamentais.

Esta visão entende que laços de dependência que crescem da interação econômica e política e das regras estabelecidas por instituições internacionais como críticas à política mundial. O esporte não é meramente uma extensão de políticas governamentais nacionais, mas opera em um campo de atuação totalmente separado que reflete a rica interconexão do mundo. Federações esportivas como a Comitê Olímpico Internacional (COI) e Federação Internacional de Futebol (FIFA) constituem atores reais nas relações internacionais que não são afiliados a um estado.

Um dos motivos que tornam essa perspectiva extremamente relevante para o estudo em tela é exatamente essa a sua previsão de que Instituições Internacionais seriam capazes de atuar de forma a propagar valores e ideias no cenário internacional. Assim, essa abordagem reconhece que os Estados são interdependentes e que atores não estatais e subestatais influenciam o seu comportamento. A abordagem institucionalista liberal mantém as suposições de que os estados são racionais e de interesse próprio, mas também expande esse significado bem como o conjunto de fontes das quais derivam os interesses. (JEDLICKA, 2017)

Conforme discutido no primeiro capítulo, desde a sua fundação, o movimento olímpico moderno como expressão do esporte organizado insistiu na necessidade do esporte ser visto como uma atividade capaz de promover valores éticos e democráticos em todo o mundo. (LENSKYJ, 2017) O liberalismo sugere que há pelo menos uma dimensão das relações internacionais, que consiste em tentativas genuínas de criar ou manter um pedido internacional com base em valores compartilhados. Esses fatores levam essa análise a ter uma dimensão de explicação da própria concepção dos Jogos, abordada no capítulo 1, que não pode ser observada ou entendida por outras perspectivas.

Ao longo do século XX e do século XXI, a indústria olímpica invocou um conjunto de ideais e valores fundamentais para apoiar o conceito de esporte olímpico como um esforço moral com o potencial de elevar participantes e espectadores. Os princípios do olimpismo em seus documentos fundamentais, como a Carta Olímpica, tratam de “liberdade” e “igualdade” entre as nações como seus principais valores. Além disso, a Carta Olímpica descreve, em seu terceiro ponto de fundamentos do olimpismo, que:

O Movimento Olímpico é a ação, concertada, organizada, universal e permanente, de todos os indivíduos e entidades que são inspirados pelos valores do Olimpismo, sob a autoridade suprema do COI. Estende-se aos cinco continentes. Atinge o seu auge com a reunião de atletas de todo o mundo no grande festival desportivo que são os Jogos Olímpicos. (Comitê Olímpico Internacional, 2019)

O argumento de que organizações esportivas internacionais compreendem uma instituição política internacional, atuando como uma interface através da qual outros atores internacionais se envolvem com o esporte implica que essas organizações podem ser reduzidas a uma única unidade analítica e que existe algo como um "Sistema internacional de governança esportiva". Definido as instituições Keohane (1988), diz que “uma instituição internacional é um padrão geral ou categorização de atividade ou para um arranjo construído pelo homem, formal ou informalmente organizado”. Nesse escopo, o trecho a seguir destaca a ligação entre o Olimpismo e o liberalismo.

The link between Olympism and liberalism is therefore inescapable. This ideational aspect of sport is more powerful than people realize. A government that hosts the Olympics is expected to embrace the ideals and values consistent with the Olympic social movement, explicitly in the competitions themselves, and implicitly in their overall role as hosts. This naturally puts pressure on a host government to address practices that are inconsistent with the ideals. (CHA, 2009, p. 1598)

Os efeitos do esporte nas relações internacionais, a partir dessa visão, não seriam o produto apenas de esportistas ou de cálculos estatais, mas de grupos maiores. São necessárias organizações, como os Comitês Olímpicos de cada nação e o Comitê Olímpico Internacional, para que eventos esportivos internacionais possam ser realizados. Nesse passo, as possibilidades comerciais do esporte envolvem não somente os Estados mas também parceiros comerciais e outras entidades não estatais.

A visão de Wight sobre a formação de alianças fornece outra perspectiva, menos otimista, sobre a formação de alianças que pode ser utilizada para explicar a adesão ao boicote a partir do entendimento de que

As alianças não são as amizades da política internacional – a menos que, como observou Aristóteles, utilizemos a palavra amizade para designar relações baseadas na utilidade. Alianças não podem ser desinteressadas. [...] o objetivo é proteger os interesses de seus povos. (WIGHT, 2002, p.117)

O liberalismo também é significativamente importante para explicar outros aspectos dos Jogos Olímpicos que o realismo falha quando se trata do papel de instituições internacionais, como o COI e a Agência Mundial Antidoping. Embora o realismo e o liberalismo institucional sejam as teorias mais significativas para explicar o movimento, outras teorias e abordagens também continuam ser relevante e entender como os Jogos Olímpicos continuam a crescer como um evento global, influenciando a política global e as relações internacionais.

Por fim, o poder de "moldar as preferências dos demais" formulado por Nye (2004) pode fornecer outra explicação alternativa que ajude a entender a adesão de países à boicotes ou à própria participação nos Jogos como uma forma de exercer, internacionalmente, os desejos políticos de um Estado.

Sport can translate into 'soft power' for some countries. Sport is not just a tool to express national identity or to convey an image of modernity, but in some cases, a positive reputation in sport can augment a country's global status and position on the world stage. In this sense, strong performance in sport becomes a power asset – albeit soft power – that redounds to the country's benefit. (CHA, 2009, p. 1590)

A partir do exposto, torna-se evidente a possibilidade de se utilizar o Liberalismo para entender aspectos essenciais dos Jogos Olímpicos. Tal fato ocorre, como exposto anteriormente, por conta de sua aceção de entes não estatais, de

valores e ideias, como parte integrante do sistema internacional. Assim, tal perspectiva é útil no entendimento do papel que a filosofia do olimpismo pode exercer no plano internacional, através de organismos internacionais como o Comitê Olímpico Internacional. Assim, Jedlicka (2017), resume de maneira coesa, alguns dos pontos mais plausíveis da análise feita a partir dessa visão teórica:

Characterizing international sport governance as an outcome of state preferences and rational action generates an array of testable propositions about the underlying processes that produce and sustain the international sport governance regime (e.g. as a response to market failure, as a product of some distribution of state preferences), as well as the factors that influence these processes (e.g. attributes of sport organizations, political and economic characteristics of individual states, relationships among states). These perspectives also illuminate new pathways for investigating sport's relationship to international politics. (JEDLICKA, 2017, p. 12-13)

Dessa forma, as teorias liberais seriam extremamente eficazes em explicar, principalmente, aspectos institucionais do movimento olímpico. A maneira como o Comitê Olímpico Internacional se relaciona com os Estados e patrocinadores, por exemplo, seria bem explorada e explicada por essa vertente. O lado comercial de todo o movimento e os possíveis interesses econômicos daqueles que se candidatam a serem sedes das Olimpíadas também seria de boa apreciação a partir de tal perspectiva teórica. Por outro lado, decisões que prezem as considerações estatais em detrimento de uma abordagem coletiva pode encontrar dificuldades de explicação através dessa abordagem.

3.3 A PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA

As perspectivas construtivistas explicam o surgimento e a estabilidade de regimes internacionais e instituições da mesma maneira que explicam outros fenômenos internacionais, ou seja, como o produto da interação social e processos de criação de significado entre um conjunto de atores. (FINNEMORE, 1996) Diferentemente das perspectivas expostas anteriormente, o construtivismo concorda regula um grau muito maior de autonomia e influência sobre o comportamento de outros atores o sistema internacional e, de fato, o próprio sistema.

Para essa visão teórica, embora o cálculo racional possa desempenhar um papel importante, as instituições internacionais também são o produto de como os atores se envolvem e desenvolvem o significado de ideias, crenças, normas, valores e outros fatores. Além disso, sua legitimidade não se baseia unicamente no apoio

contínuo de uma hegemonia, mas também de sua capacidade de incorporar ou significados particularmente poderosos (BARNETT; FINNEMORE, 2004).

O regime internacional de governança esportiva, como um conjunto de organismos não governamentais que fazem reivindicações e alteram o sistema, é altamente adequada para a investigação construtivista. Isto ocorre porque o construtivismo pode explicar a autoridade e legitimidade das organizações esportivas internacionais sem reduzir a análise a um conjunto de interesses estatais definido de maneira estreita e uniforme, como algumas das perspectivas anteriores. Do ponto de vista sociológico, o papel do esporte internacional na formação da hegemonia cultural ocidental pode também ser uma avenida para uma investigação construtivista frutífera.

Essa escola enfatiza o papel que fatores não materiais como valores, ideias e identidade nacional impactam o mundo. O esporte não é apenas um jogo, mas um modo de interação social entre cidadãos de todo o mundo que transcende as fronteiras do estado. Como o desempenho esportivo é uma fonte de orgulho, não poderíamos subestimar até que ponto o esporte se entrelaça com a nação visão de si mesmo. Não se pode entender por que países pequenos como Cuba ou Alemanha Oriental dedicam uma porcentagem significativa de seus recursos nacionais ao esporte ou porque governos assumem o risco econômico de sediar megaeventos esportivos como o Olimpíadas sem entender a importância de reputação, patriotismo e jogo de prestígio na política mundial. (CHA, 2009)

O construtivismo vê a política internacional como um campo em que diferentes atores operam e em que todos esses atores são capazes de influenciar uns aos outros (FINNEMORE, 1996). A teoria construtivista tem foco no impacto que ideias e normas têm nos atores das relações internacionais. Através da interação entre esses atores, eventualmente, identidades, interesses e comportamentos são formados. Um papel importante na construção de interesses é atribuído às normas. Tanto Estados como atores não estatais são capazes de construir normas.

A teoria construtivista, parece mais eficaz em esclarecer o papel do COI na política internacional, uma vez que ela abrange a possibilidade de se estudar a formação de conceitos e ideias no âmbito internacional. O maior desafio, como aponta o trecho seguinte, é justamente o de identificar tais conceitos e ideias.

The task lying ahead is to identify other behaviors in the international arena where identity, ideas, and culture can be studied independent of

interests in order further to explore the explanatory power of the constructivist approach. Even more imaginative routes must be pursued to discover territory hospitable to a critical test between constructivist and other approaches in political science. (SALA; SCOTT; SPRIGGS, 2007 p. 27)

Assim, identidades podem ser definidas como entendimentos e expectativas relativas a papéis específicos. Entende-se, nessa perspectiva, que as identidades e interesses não são a variável independente, como é reivindicado por estudiosos neo-realistas, mas a variável dependente. Assim, a anarquia não seria um pressuposto do sistema internacional, mas uma consequência. Por interação, os estados formariam ideias, com base em como eles perceber um ao outro em meio à estrutura. (WENDT, 1992)

De acordo com esta abordagem, o ideal olímpico enfatiza a promoção de ações internacionais de entendimento que ocorrem através do esporte e ideias de paz, igualdade e amistosidade. Assim, os Jogos Olímpicos são descritos como um grande promotor de entendimento internacional. É, no entanto, necessário explorar quando e com quais fundamentos os esportes internacionais podem promover a compreensão e fechar lacunas entre nações e quão dependentes eles são das relações políticas entre Estados. Justamente por isso, a ressalva feita por Angell, é extremamente prudente ao demonstrar como os interesses forjados no seio do Estado devem ser, por ele, mantidos.

Na política internacional, nada é mais fácil do que fazer declarações acadêmicas em favor da paz. Mas os governos, que são guardiães e depositários, tem o dever primordial de zelar pelos interesses que lhes são confiados, tais como os compreendem, fazendo caso omissos das idéias e tendências que consideramos ter fundamento em motivos de abnegação e altruísmo. A abnegação e o sacrifício são os últimos fatores que um governo pode considerar. Os governos foram criados para proteger os interesses colocados sob a sua custódia, não para sacrificá-los. (ANGELL, 2002, p. 292)

O Construtivismo vê o sistema internacional como uma construção social, uma vez que consiste em uma combinação de pensamentos e ideias. À medida que esses elementos mudam, o sistema mudará também. Uma compreensão intersubjetiva entre os atores e a estrutura não significa que os estados instantaneamente se tornem aliados ou amigos.

Diante do exposto, podemos concluir que essa perspectiva teórica obtém sucesso, especialmente, no que se refere a demonstrar como o contexto político

internacional pode levar a utilização dos Jogos Olímpicos de modo a moldar o sistema e os entendimentos que os Estados co-constroem. Assim, possibilita o entendimento de que tal utilização pode vir a partir do engajamento internacional na promoção dos princípios de paz e bem estar do olimpismo ou mesmo

Estabelece-se que que tal visão teórica é extremamente útil em descrever como as ações dos Estados repercutem no cenário internacional e redefinem o próprio cenário. Assim, é eficaz em analisar casos como o boicote olímpico de 1980, uma vez que, como demonstrará o capítulo seguinte, passa por um processo de construção social e internacional.

3.3 CONCLUSÕES

Após o exposto, fica clara a possibilidade de se analisar diversos aspectos do esporte, em especial do movimento olímpico, pelo campo de estudo das Relações Internacionais. Cada uma das três vertentes exploradas se mostra mais eficaz em explicar diferentes aspectos da relação do esporte com a política internacional, reforçando o entendimento do primeiro capítulo de que a política se faz presente no âmbito esportivo. Assim, as teorias realistas se destacam na explicação de aspectos ligados ao prestígio resultante da participação olímpica. As teorias liberais apresentam eficácia em demonstrar o papel de instituições ligadas ao movimento olímpico, como o Comitê Olímpico Internacional, e no caráter comercial dos jogos. Por fim, as teorias construtivistas se destacam na explicação dos valores atribuídos aos Jogos Olímpicos, desde o próprio princípio filosófico do olimpismo até a relação criada entre as Olimpíadas e aspectos relacionados à paz e à saúde.

4 CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DECISÓRIO PELO BOICOTE

Após os capítulos anteriores demonstrarem, respectivamente, a ingerência da política no esporte e algumas perspectivas do Jogos Olímpicos através de diferentes correntes teóricas das Relações Internacionais, o capítulo atual se debruçará sobre o processo decisório que culminou com a decisão dos Estados Unidos boicotarem os Jogos de 1980.

Para buscar entender os motivos que levaram à efetivação do boicote, será utilizada, em conjunto com teorias de Relações Internacionais, a metodologia aplicada por Graham Allison em seu estudo *“Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis”*, no qual a decisão pelo cercamento da ilha de Cuba é analisada por meio de três

modelos diferentes: o da política racional, o do processo organizacional e o da burocracia política.

Apesar de não serem modelos específicos das Relações Internacionais, sendo mais voltados à análise de processos decisórios, podemos perceber traços de análise semelhantes entre os três modelos propostos por Alisson (1969) e as perspectivas teóricas abordadas no capítulo 2. O modelo da política racional se utiliza de uma metodologia de analítica que foca em um ator unitário, da mesma forma que o realismo faz com os Estados. O modelo do processo organizacional entende uma decisão como o resultado da deliberação de várias organizações ou instituições, de maneira que se assemelha, em certa medida, à perspectiva liberal das Relações Internacionais que também leva em conta o papel das instituições. Já o modelo da burocracia política se assemelha à vertente construtivista uma vez que ambos podem ser utilizados para entender o papel da troca de ideias e perspectivas diferentes no resultado de uma decisão.

Dessa forma, assim como as teorias de Relações Internacionais, cada um desses modelos pode ser utilizado para entender a tomada por uma decisão a partir de abordagens analíticas distintas.

4.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOMENTO HISTÓRICO DO BOICOTE DE 1980

Os Estados Unidos e a União Soviética foram as duas grandes superpotências da Guerra Fria. O período entre os anos de 1969 e 1979 é denominado *détente*. Esse representa um momento no qual as relações entre EUA e União Soviética se tornam mais flexíveis. Tal flexibilização é consequência de todas as tensões vivenciadas na década anterior, como a crise dos mísseis em 1962 e a possível destruição nuclear que assombrou o mundo no período da coexistência pacífica. Por conta disso, as potências alteram seu posicionamento internacional e passam a agir de forma mais maleável, como podemos visualizar no seguinte trecho proferido pelo presidente Nixon à revista *Time* em 1971:

Devemos lembrar que, na história mundial, só desfrutamos de um período prolongado de paz quando existe um equilíbrio de poder. É quando uma nação se torna infinitamente mais poderosa em sua relação com o potencial competidor que surge o perigo da guerra. De modo que acredito num mundo em que os Estados Unidos sejam poderosos. Acredito que teremos um mundo mais seguro e melhor se tivermos Estados Unidos, Europa, União Soviética, China e Japão,

cada um contrabalançando o outro, e não jogando um contra o outro, num equilíbrio constante. (KISSINGER, 2015, p. 208)

É possível visualizar a política da détente no cenário internacional em alguns momentos da sétima década do século passado. O fato de Nixon ter sido o primeiro presidente americano a visitar Moscou, em 1972, já sinalizava mudanças. O acordo Salt, assinado em Moscou, por Nixon e Brejnev, em maio de 1972, previa o congelamento, por cinco anos, do desenvolvimento e da produção de armas estratégicas, bem como o controle sobre os mísseis intercontinentais e lançadores balísticos submarinos. Esse acordo representava “a segunda vez que os dois países realmente assumiam a responsabilidade internacional pelo controle dos armamentos nucleares”. (SARAIVA, 2008, p. 235) A primeira vez se referia ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), concluído em 1968. Tais exemplos confirmam a mudança de comportamento no cenário internacional por parte dos EUA e da União Soviética se comparados com a década anterior.

Em meio a esse cenário de gradual apaziguamento das tensões entre as duas potências é que se desenvolve a invasão da União Soviética no Afeganistão, em dezembro de 1979. A intervenção militar foi considerada pelos oficiais da URSS como uma resposta relativamente menor à crescente instabilidade política no Afeganistão. Não obstante, o presidente dos EUA, Jimmy Carter, e outros membros de seu governo perceberam a ação soviética como um ato público de agressão, especialmente depois dos dez anos de détente.

The Soviet invasion of Afghanistan was one of the three most significant conflicts of the Cold War era, the others being the Korean War in the 1950s and the wars in Indochina and Vietnam from 1945 to 1975... It was also the only Cold War conflict in which the Soviet forces were directly engaged in full-scale combat outside – or at best on the periphery of – what was generally acknowledged to be the Soviet sphere of interest. The impact of Afghanistan upon the Soviet Union, its armed forces – the army in particular – and the outcome of the Cold War was significant. (STONE, 2004, p. 250)

No entanto, em termos de grandes narrativas da Guerra Fria, pouco se escreveu sobre a própria invasão. Em vez disso, são mais frequentes análises de como isso afetou a Guerra Fria, com as conclusões mais comuns sendo as de que a invasão mudou a perspectiva do Presidente Carter, chegando a afirmar que era um símbolo do fim da détente. A campanha pelo boicote olímpico destacou a dinâmica

das relações políticas internacionais de uma maneira que poucas outras crises durante os anos da Guerra Fria conseguiram, mas ganha ainda menos menção do que o Afeganistão, sugerindo que, para muitos pesquisadores, em termos de implicações para a Guerra Fria, teve apenas um efeito mínimo, apesar das afirmações do Presidente Carter. (STONE, 2004)

Uma das importantes questões frequentemente examinadas em torno do estudo do boicote é até que ponto ele ajudou os EUA a alcançar seus objetivos políticos em relação à inicial ocupação do Afeganistão. Este capítulo se concentrará em como a decisão pelo boicote foi formulada.

4.2 O MODELO DA POLÍTICA RACIONAL

O modelo da política racional utiliza como paradigma o entendimento da política como uma escolha nacional. Este modelo se assemelha bastante à perspectiva realista das Relações Internacionais, uma vez que foca a análise nas decisões do “ator nacional”, tido nesse modelo como o único agente tomador de decisões, a partir de seus objetivos e percepções.

Governments select the action that will maximize strategic goals and objectives. These "solutions" to strategic problems are the fundamental categories in terms of which the analyst perceives what is to be explained. (ALISSON, 1969, p. 694)

Nesse escopo, as ações são tomadas a partir de problemas estratégicos que uma nação enfrenta. Oportunidades e ameaças no sistema internacional fazem com que a nação tome uma decisão.

Para entender o boicote olímpico de 1980 por meio do modelo da política racional, é necessário estudar as perspectivas dos países participantes e dos envolvidos na elaboração do boicote, em especial os Estados Unidos, o maior organizador e promotor. Para isso, os discursos de seu presidente serão analisados no intuito de se entender os objetivos e motivos que levaram ao boicote.

Em 27 de dezembro de 1979, quando o presidente Hafizullah Amin, do Afeganistão, foi deposto do poder, executado e substituído pelo exilado ex-vice-

primeiro-ministro Babrak Karmal, após a invasão soviética. Os americanos reagiram condenando internacionalmente o ato. A primeira menção de Carter ao boicote veio semanas depois em um discurso televisionado em 4 de janeiro de 1980, no qual o presidente dos EUA denunciou a intervenção soviética como uma ameaça extremamente séria à paz e afirmou que os Estados Unidos considerariam boicotar os Jogos Olímpicos de Verão de 1980 em Moscou. O primeiro discurso do presidente dos EUA sobre a invasão soviética do Afeganistão instigou as sanções comerciais como a principal punição, com a ameaça de não comparecer às Olimpíadas como um acréscimo menor. A seguinte parte do discurso demonstra como a menção ao boicote está intimamente ligada à invasão Soviética:

I come to you this evening to discuss the extremely important and rapidly changing circumstances in Southwest Asia. [...] Recently, there has been another very serious development which threatens the maintenance of the peace in Southwest Asia. Massive Soviet military forces have invaded the small, nonaligned, sovereign nation of Afghanistan., which had hitherto not been an occupied satellite of the Soviet Union. Fifty thousand heavily armed Soviet troops have crossed the border and are now dispersed throughout Afghanistan, attempting to conquer the fiercely independent Muslim people of that country. [...] Although the United States would prefer not to withdraw from the Olympic games scheduled in Moscow this summer, the Soviet Union must realize that its continued aggressive actions will endanger both the participation of athletes and the travel to Moscow by spectators who would normally wish to attend the Olympic games. (ESTADOS UNIDOS, JAMES EARL CARTER JR, 1980)

A partir do estipulado pelo modelo da política racional, a visão de Carter delinea a posição dos Estados Unidos depois de visualizarem a ameaça surgida por consequência da invasão soviética. Uma das primeiras formas de reação ao boicote foi a imposição de sanções econômicas e a denúncia pública da invasão. Nesse modelo, o ator nacional ameaçar o boicote como medida de retaliação à invasão é certamente um produto de sua deliberação sobre perdas e ganhos relativos. É importante notar que o presidente não declara que os Estados Unidos boicotarão o evento, apenas afirma em seu discurso que, caso a situação não se altere, essa possibilidade está em pauta. (WALTZ, 1979)

Durante duas semanas, o presidente se conteve esperando em vão por algum sinal que a União Soviética acataria o aviso que havia disso transmitido. Com tropas soviéticas ainda no Afeganistão, o presidente decidiu que era hora de um ultimato. Em

outro discurso, declarou que, se essas forças não se retirassem do território do Afeganistão até o dia 20 de fevereiro de 1980, os EUA não competiriam em Moscou. Carter destacou sua posição no programa "*Meet the Press*" da rede de televisão NBC, onde transmitiu suas convicções de que, a menos que o Kremlin cumprisse seu prazo, os Jogos Olímpicos de Verão deveriam ser movidos para outro local, adiados ou cancelados.

Neither I nor the American people would support the sending of an American team to Moscow with Soviet invasion troops in Afghanistan. I've sent a message today to the United States Olympic Committee spelling out my own position that unless the Soviets withdraw their troops within a month from Afghanistan that the Olympic Games be moved from Moscow to alternate site or multiple sites or postponed or canceled. If the Soviets do not withdraw their troops immediately from Afghanistan — within a month — I would not support the sending of an American team to the Olympics. It's very important for the world to realize how serious a threat the Soviets' invasion of Afghanistan is. I do not want to inject politics into the Olympics, and I would personally favor the establishment of a permanent Olympic site for both the Summer and the Winter Games. In my opinion, the most appropriate permanent site for the Summer Games would be Greece. This will be my own position, and I have asked the U.S. Olympic Committee to take this position to the International Olympic Committee, and I would hope that as many nations as possible would support this basic position. One hundred and four nations voted against the Soviet invasion and called for their immediate withdrawal from Afghanistan in the United Nations, and I would hope as many of those as possible would support the position I've just outlined to you. Regardless of what other nations might do, I would not favor the sending of an American Olympic team to Moscow while the Soviet invasion troops are in Afghanistan. (ESTADOS UNIDOS, JAMES EARL CARTER JR, 1980)

Essa atualização no discurso do presidente demonstra um reforço na possibilidade pelo boicote, ao passo em que tenta coagir uma mudança de comportamento dos soviéticos a partir do estabelecimento de uma data limite. O presidente demonstra outras possibilidades de ação com relação à realização dos Jogos Olímpicos, como a utilização de uma sede permanente na Grécia. Outro ponto notável é a introdução e o pedido de que outros países, especialmente os 104 que votaram contra a invasão na Organização das Nações Unidas, também boicotassem os jogos caso as tropas não fossem retiradas.

A simpatia com a proposta dos EUA não demorou a chegar. O apoio veio de líderes como a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher e o primeiro-ministro canadense Joe Clark. Embora a participação em um boicote real seja determinada

pelo Comitê Olímpico Nacional de cada país, a posição dos EUA encontrou apoio crescente. Os Comitês Olímpicos Nacionais de vários países europeus sugeriram que os jogos fossem realizados em Moscou, mas sem os adornos políticos habituais. As delegações desfilariam sob a bandeira olímpica, todos os atletas usariam o mesmo uniforme, nenhum hino nacional seria tocado e nenhuma bandeira seria hasteada nas cerimônias de medalhas. O COI decidiu permitir às equipes a opção de não usar as bandeiras ou hinos nacionais nas cerimônias olímpicas, mas não decidiu outros méritos. Mesmo com todas as propostas sendo debatidas e descartadas, a campanha pelo boicote estava se movendo em alta velocidade. (MORRISON, 1982)

Enquanto o prazo de um mês diminuía, Carter se esforçou em convencer o comitê olímpico de seu país a aderir ao boicote. Em carta enviada ao presidente do Comitê, destaca, novamente, como as medidas de boicote seriam uma retaliação à invasão soviética. Destaca ainda como preferia manter a política fora do meio olímpico, assunto debatido extensivamente no primeiro capítulo. O ponto mais importante de tal carta é a percepção do significado político que os soviéticos haviam atrelado às Olimpíadas e como o boicote poderia servir para deter agressões futuras a partir do constrangimento.

The Soviet Government attaches enormous political importance to the holding of the 1980 Olympic Games in Moscow, and if the Olympics are not held in Moscow because of Soviet military aggression in Afghanistan, this powerful signal of world outrage cannot be hidden from the Soviet people, and will reverberate around the globe. Perhaps it will deter future aggression. (ESTADOS UNIDOS, JAMES EARL CARTER JR, 1980)

Passado o prazo de um mês e sem nenhuma mudança no posicionamento soviético, o boicote já não podia ser enquadrado como sugestão ou ameaça que poderia ser descartada, já que não seria ideal que uma potência como os Estados Unidos fizesse uma ameaça pública e não cumprisse. Assim, a ameaça de boicote passou de palavras para ações. Os Estados Unidos afirmavam a certeza de que não estariam em Moscou. No dia 21 de março de 1980, Jimmy Carter entrou em uma sala cheia de atletas, que haviam treinado e sonhado com um lugar na equipe olímpica estadunidense de 1980, e fez o seguinte pronunciamento. (SARANTAKES, 2010)

The Olympics are important to the Soviet Union. They have made massive investments in buildings, equipment, propaganda. As has probably already been pointed out to you, they have passed out

hundreds of thousands of copies of an official Soviet document saying that the decision of the world community to hold the Olympics in Moscow is an acknowledgement of approval of the foreign policy of the Soviet Union, and proof to the world that the Soviets' policy results in international peace. [...] Nations who believe in freedom and human rights and peace [should] not add the imprimatur of approval to the Soviet Union and its government while they have 105,000 heavily armed invading forces in the freedom-loving and innocent and deeply religious country of Afghanistan. I can't say at this moment what other nations will not go to the Summer Olympics in Moscow. Ours will not go. I say that not with any equivocation; the decision has been made. (ESTADOS UNIDOS, JAMES EARL CARTER JR, 1980)

O pronunciamento proferido em frente a dezenas de atletas que iriam aos Jogos é a expressão máxima de que a decisão pelo boicote estava tomada e era definitiva, além de clamar pela mesma posição internacional de outros países. Anunciar tal decisão, em frente aos atletas que clamavam pela mudança na postura, não seria viável se a decisão pudesse ser alterada. Com o boicote agora oficial, tudo o que restava era, primeiro, quais nações seguiriam a liderança dos americanos e, segundo, como o boicote afetaria os Jogos. A essa altura, o boicote não passava de uma medida simbólica, a crença inicial do governo de que poderia forçar os soviéticos a deixar o Afeganistão tinha perdido força rapidamente desde fevereiro. (SARANTEKES, 2010) No final das contas, a pressão exercida internacionalmente pelos Estados Unidos resultou na adesão de mais de 60 países ao boicote, apesar de alguns alegarem não terem enviado as delegações por motivos distintos, como a segurança de seus atletas.

4.3 O MODELO DO PROCESSO ORGANIZACIONAL E O MODELO DA BUROCRACIA POLÍTICA

Para os propósitos deste estudo, os modelos II e III proposto por Alisson (1969) serão apresentados de maneira conjunta em um único tópico. Tal decisão se dá em parte pela falta de disponibilidade de material suficiente para separá-los em tópicos distintos. Apesar disso, essa escolha torna a análise do caso em tela um pouco mais dinâmica e orgânica.

O modelo II ou modelo do processo organizacional proposto por Alisson (1969) entende a decisão como produto da deliberação de uma organização ou

governo com uma estrutura complexa no interior. processo organizacional foca a organização existente e seus denominados procedimentos operacionais padrão para obter informações, definir possíveis opções e implementar a decisão. Cada organização tem sua própria missão e função e uma série de programas é desenvolvida para realizar essas missões. Ao definir a opção viável, o modelo do processo organizacional é restrito com base nos procedimentos que as organizações acreditam ter o melhor desempenho e eficiência na implementação da decisão, além de satisfazer seus próprios objetivos institucionais.

Já o modelo III, denominado modelo da burocracia política argumenta que os resultados das políticas resultam de um jogo de barganha entre um grupo de atores governamentais. Esses atores possuem preferências, habilidades e posições de poder variadas, escolhem estratégias e objetivos políticos com base em diferentes ideias de quais resultados servirão melhor aos seus interesses organizacionais e pessoais. A negociação então prossegue através de um processo pluralista de troca de ideias que reflete as regras predominantes do jogo, bem como as relações de poder entre os participantes. Como esse processo não é dominado por um indivíduo nem provavelmente privilegia decisões racionais ou de especialistas, pode resultar em resultados abaixo do ideal que não cumprem os objetivos de qualquer um dos participantes individuais. (ALLISON, 1969)

O entendimento de que os resultados da política externa são derivados de programas burocráticos, rotinas e procedimentos operacionais padrão, produz algumas diferenças na análise. Ele enfatiza a importância das influências políticas domésticas no processo de tomada de decisões sobre política externa que às vezes eram ignoradas no modelo de política racional. Portanto, este modelo fornece um entendimento de que a política foi formada não apenas por um tomador de decisão de alto nível, mas ocasionalmente é formada pela organização.

Each organization attends to a special set of problems and acts in quasi-independence on these problems. But few important problems fall exclusively within the domain of a single organization. Thus, government behavior relevant to any important problem reflects the independent output of several organizations, partially coordinated by government leaders. Government leaders can substantially disturb, but not substantially control, the behavior of these organizations. (ALLISON, 1969, p. 698)

Como o tópico anterior demonstrou, a partir de um olhar unitário, era de clara intenção do presidente Carter que os Jogos de Moscou fossem boicotados após as medidas de sanção econômica e avisos anteriores não terem surtido nenhuma mudança no status da ocupação do Afeganistão. Dessa forma, o modelo atual centra suas atenções em como essas decisões foram construídas a partir da interação entre agentes políticos importantes do governo à época.

Alguns estudos sobre o boicote sugerem que fatores políticos domésticos estavam sempre em jogo durante esse período e foram as principais influências na tomada de decisão, em vez de considerações internacionais que moldaram a decisão pelo boicote. (SARANTAKES, 2010)

Nenhuma agência governamental participou mais do boicote olímpico do que o Congresso dos EUA. Por meio de alguns registros do congresso, é possível ter uma ideia de como os legisladores se sentiram sobre esse polêmico evento esportivo. De 17 de janeiro de 1980 a 28 de janeiro de 1980, houve mais de uma dúzia de resoluções condenatórias que instaram os EUA a boicotar os Jogos Olímpicos. Uma audiência da Comissão de Assuntos Externos da Câmara, em 23 de janeiro de 1980, produziu um documento intitulado "Participação dos EUA nos Jogos Olímpicos de Verão de 1980" e incluiu uma variedade de testemunhas e outros materiais relacionados. (MORRISON, 1982)

Nesse documento, o presidente do Comitê Olímpico Norte Americano, Robert Kane, deixou claro como o anúncio da possibilidade de boicote pegou o Comitê de surpresa. Os atletas, de um lado desejavam, em sua maioria, participar das Olimpíadas e o governo, por outro lado, queria boicotá-los. O outro orador foi o subsecretário de Estado, Warren Christopher, que falou sobre um possível local alternativo e declarou que, em sua opinião, qualquer atitude, exceto a conversa, deveriam ter sido cortados com a União Soviética, porque se manter os atletas sem competir é a ação mais forte possível a ser tomada, então a credibilidade e eficácia norte americanas foram ineficientes. No lado oposto estava o congressista William Gooding, que entendeu outra forma de ação como a melhor alternativa: usar com êxito e esportivamente as Olimpíadas como uma ferramenta para fazer constranger politicamente a União Soviética. Entretanto, declarou que isso só poderia acontecer

se duas coisas ocorressem: as Olimpíadas deveriam ter um local diferente e não deveriam ser boicotadas. (SENADO NORTE AMERICANO, 1980)

Carter e o Departamento de Estado entendiam que uma interrupção dos Jogos de Moscou teria um efeito político e social devastador sobre União Soviética e talvez fosse a arma mais letal no arsenal diplomático. As razões morais para ficar longe de Moscou foram resumidas por Nelson Ledsky, chefe da Força-Tarefa Olímpica do Departamento de Estado dos EUA: "Há algo repelente, sobre as tropas soviéticas no Afeganistão ao mesmo tempo em que pombas estão sendo soltas em Moscou". Em uma entrevista recente, Ledsky foi perguntado se a invasão ao Afeganistão foi o único motivo para o boicote e respondeu da seguinte maneira:

It was the primary reason. The United States in 1980 lacked means of properly responding or responding in any meaningful way to the Soviet invasion of Afghanistan. And one of the instruments that the White House chose was to join with other interested countries who opposed the Afghan invasion by boycotting the Olympics, which had been awarded to Moscow well in advance of 1980. The Olympics, though, were to take place in 1980, and this was deemed a useful response, an embarrassment to the Russians, and a useful response to the Soviet invasion of Afghanistan. (ALIYEV, 2008)

As autoridades tinham ciência de que, para que o boicote ocorresse, entraves domésticos deveriam ser superados. A *National Broadcasting Company* (NBC), que deveria ter televisionado os Jogos nos EUA, teria de sacrificar US\$ 22 milhões em despesas não cobertas pelo seguro, além de outros milhões de suas receitas de publicidade. A Coca-Cola, refrigerante oficial nas Olimpíadas de Moscou, não estaria lá e todos os fornecedores americanos de uniformes, equipamentos e tecnologia teriam que cancelar negócios importantes. Além disso, é claro, havia os atletas. Se eles concordaram ou não com o boicote, ficaram compreensivelmente desapontados. Para muitos, foi a perda de uma oportunidade única na vida. Anos de dedicação e entusiasmo voltados para o futuro estavam sendo em vão. Todas essas esferas pressionavam os agentes políticos internos no intuito de que o boicote fosse, de fato, a última opção. (BURG; WOODGER, 2006)

O modelo III pode ser utilizado para entender como uma declaração emitida à imprensa em nome de Lord Killanin, presidente do Comitê Olímpico Internacional à época, em 12 de fevereiro confirmou o compromisso do COI com Moscou, definindo

a responsabilidade do COI de que os Jogos Olímpicos fossem realizados a cada quatro anos, de acordo com o princípios e dentro das regras, e reconheceu que o Comitê Olímpico Internacional não pode resolver os problemas políticos do mundo. Embora, no contexto, esse comentário tivesse a intenção de estabelecer uma linha clara entre o COI e o alvoroço político em que se encontrava envolvido, revela, pelo menos parcialmente, até que ponto simplesmente garantir que o evento aconteça foi um fator motivador significativo para a organização. Por extensão, isso também mostra quão pouca autoridade o COI realmente exercia quando confrontado por atores políticos mais poderosos. Tal fato é corroborado por sua declaração de que apenas os líderes dos EUA e da União Soviética poderiam resolver o problema, encerrando efetivamente a disputa antes do começo dos Jogos. (SARANTAKES, 2010)

Dentro dos Estados Unidos, houve apoio público ao boicote. A Câmara dos Deputados dos EUA aprovou uma resolução não vinculativa que aprovava a decisão de ficar longe de Moscou com uma votação de 386 a favor e 12 contra; o Senado dos EUA aprovou uma medida semelhante com um resultado de 88 a 4. Porém, tecnicamente, a decisão de enviar ou não atletas para os Jogos Olímpicos não é da responsabilidade do Presidente ou do Congresso; é o Comitê Olímpico dos Estados Unidos que faz a determinação final em tal situação. (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS, 2001)

Diante desse amplo apoio, no entanto, o Comitê Olímpico norte americano expressou sua disposição de respeitar a decisão do governo dos EUA em relação aos jogos. O então secretário de Estado dos EUA, Cyrus Vance, reiterou ao Comitê Olímpico Internacional que seu governo se opunha ao envio de uma equipe para os Jogos Olímpicos. Dias depois, o presidente do Comitê Olímpico dos Estados Unidos, Robert Kane, anunciou que sua organização "aceitaria qualquer decisão referente à participação dos EUA nos Jogos que o presidente tomasse". (MORRISON, 1982)

Enquanto algumas nações optaram por expressar seu descontentamento com as ações militares soviéticas, não enviando equipes formais para competir, mas também não impedindo que atletas individuais participassem e competissem sob a bandeira olímpica, os atletas dos Estados Unidos foram avisados de que viajar para Moscou para os Jogos teria como resultado a retirada de seus passaportes. Em

protesto, um grupo de 25 atletas americanos processou o governo dos EUA pedindo permissão para competir, mas eles perderam o caso. (TULLI, 2016)

Assim, a partir desses dois modelos, podemos visualizar o entendimento de diversos segmentos políticos importantes no âmbito doméstico dos Estados Unidos e como cada um deles se inter-relacionou com os demais nesse caso específico e a relação entre suas lideranças. Fica evidenciado como o boicote teve respaldo popular que se refletiu em votações na Câmara e do Senado norte-americanos, ao mesmo tempo em que sofreu resistência do Comitê Olímpico Internacional, do Comitê Olímpico Norte Americano, de atletas e de empresas. Esses últimos, porém, foram superados pelo desejo político de instituições governamentais alinhadas e guiadas pelo plano de Carter.

4.4 CONCLUSÕES

A partir dos modelos propostos por Alisson (1969) podemos visualizar diferentes dimensões envolvidas na tomada da decisão pelo boicote. Fica clara a participação essencial de diversos atores na decisão elaborada, em especial os seguintes: O presidente Carter; a câmara e o senado norte-americanos; o Comitê Olímpico Norte Americano, o Departamento de Estado norte-americano, atletas que competiriam nos Jogos e o Comitê Olímpico Internacional.

A interação entre todos esses atores, é, certamente, mais bem visualizada através dos modelos propostos por Alisson, uma vez que, sua metodologia permite explorar e entender a interação os atores e como suas intenções se chocam e resultam em uma decisão final. A importância de tal metodologia no presente trabalho se dá pela relação diretamente proporcional entre a amplitude da investigação pelo processo decisório pelo boicote olímpico de 1980 e a qualidade da explicação da decisão final, ou seja, pelo fato de se explorar a decisão por diferentes ângulos e perspectivas, mais completa é a explicação da decisão escolhida.

5 CONCLUSÃO

A decisão de boicotar foi, portanto, uma decisão política em meio à Guerra Fria, especificamente em retaliação à invasão soviética ao Afeganistão. Entender esse caso sem observar tal aspecto da disputa de poder entre as duas potências é tarefa impraticável. A utilização política de um evento esportivo se mostrou, novamente, uma ferramenta diplomática. Questões relativas aos direitos humanos foram invocadas para justificar e respaldar a decisão de Carter, pelo boicote que se deu, principalmente, por conta de preocupações de segurança e disputas de hegemonia. No final das contas, o boicote teve um impacto significativo sobre o movimento olímpico internacional, mas muito pouco sobre a situação no Afeganistão.

Entender se o boicote foi "bem sucedido" é difícil de responder. Se o único objetivo dos EUA era demonstrar forte oposição à incursão da URSS no Oriente Médio, a mensagem certamente foi dada. Se, como parecia inicialmente, o objetivo principal era coagir os soviéticos a se retirarem do Afeganistão e impedir a realização dos Jogos Olímpicos em sua capital, o boicote foi um fracasso total.

A administração Carter conseguiu realizar com sucesso seu boicote, apesar da protestos do Comitê Olímpico Internacional e do Comitê Olímpico Norte Americano. De fato, quando a pressão chegou, o governo conseguiu dominar os líderes olímpicos (pelo menos internamente), primeiramente, solicitando e, finalmente, obrigando-os a apoiar sua política. No entanto, em termos de envergonhar os soviéticos, montando uma coalizão de Estados poderosos comprometidos com o boicote, como Carter originalmente esperava, o esforço foi muito menos eficaz.

Dos sessenta e cinco Estados que não participaram de Moscou, apenas alguns (principalmente Canadá, China, Japão, Noruega, Alemanha Ocidental) considerados significativos o suficiente para a política internacional ou para o esporte internacional da época se ausentaram. Isso não apenas mostrou a divisão da campanha de boicote nos Estados, mas também destacou a dificuldade dos governos supostamente livres e liberais em condenar a União Soviética por violações dos direitos humanos.

Entender se os Estados Unidos alcançaram seus objetivos e se o preço pago pelos atletas compensou qualquer ganho político está além dos fins deste estudo. O

que o presente estudo deixa bem claro é o fato de que a escolha pelo boicote foi o resultado de uma reação política à empreitada soviética no Afeganistão. As alegações americanas acerca das violações de direitos humanos pelos soviéticos foram utilizadas como justificativas para mobilizar a campanha internacional pelo boicote. Em todo o processo decisório, é notório que o principal objetivo americano era o de ferir politicamente a União Soviética através da plataforma olímpica, buscando causar constrangimento a partir do não comparecimento de várias nações ao evento.

Por fim, o caso aqui analisado se enquadra naquilo que os dois primeiros capítulos de concentraram em explicar: a união, teoricamente indesejável, do esporte com a política, na qual, a segunda utiliza o primeiro como forma de atingir objetivos que, formalmente, são alheios ao escopo esportivo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIYEV, Kenan. *World: U.S. Organizer Of 1980 Boycott Talks About Politics And The Olympics*. [S. l.] **Radio Free Europe Radio Liberty**. 28 mar. 2008. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/1079699.html>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ALLISON, Graham. *Conceptual models and the Cuban missile crisis*. **The American Political Science Review**, Vol/ 63, No. 3, 1969.

ALLISON, Lincoln; MONNINGTON, Terry. Sport, Prestige and International Relations. **Government And Opposition**, [s.l.], v. 37, n. 1, p. 106-134, jan. 2002. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1111/1477-7053.00089>.

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BARNETT, M; FINNEMORE, Martha, **Rules for the world: international organizations in global politics**. Cornell University Press. New York: 2004.

BEACOM, Aaron. *Sport in International Relations: a case for cross-disciplinary investigation*. **The Sports Historian**, [S. l.], 14 nov. 2009.

BERG, Brennan K.; KESSLER, Seth A.; HUNT, Thomas M.. A realist perspective of Sport Management Program and the H.J. Lutcher Stark governmental perceptions of Olympic boycott movements, 1936–2008. **International Journal Of Sport Policy And Politics**, [s.l.], v. 4, n. 3, p. 307-320, nov. 2012. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/19406940.2012.694113>.

BERG, Chris. *Politics, Not Sport, Is the Purpose of the Olympic Games*. *Institute of Public Affairs Review: A Quarterly Review of Politics and Public Affairs*. Volume 60 Issue 3 Jul. 2008.

BESNIER, Nikor; BROWNELL, Susan; CARTER, Thomas. **The Anthropology of Sport. Bodies, Borders, Biopolitics**, University of California Press, 2017.

BOYKOFF, Jules. **Power Games – A Political History of the Olympics**. Verso. Londres, 2016.

BRATCH, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte – Uma Introdução**. Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste. Ijuí, 2003.

BURG, David; WOODGER, Elin. **The 1980's**. Facts on File. New York, 2006.

CANTOR, Paul; HUFNAGEL, Peter. **The Olympics of the Mind. Philosophy and Athletics in the Ancient Greek World**. In: *The Olympics and Philosophy*. REID, Heather; AUSTIN, Michael. The University Press of Kentucky. Lexington, 2012.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise 1919 – 1939**. Brasília: Editora UnB, 2001.

CHA, Victor D.. A Theory of Sport and Politics. **The International Journal Of The History Of Sport**, [s.l.], v. 26, n. 11, p. 1581-1610, set. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09523360903132972>.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Carta Olímpica**. Disponível em: <http://www.fadu.pt/files/protocolos-contratos/PNED_publica_CartaOlimpica.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

COTTRELL, M. Patrick; NELSON, Travis. Not just the Games? Power, protest and politics at the Olympics. **European Journal Of International Relations**, [s.l.], v. 17, n. 4, p. 729-753, 7 dez. 2010. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1354066110380965>.

COUBERTIN, Pierre. **The philosophic foundations of modern Olympism**, in *The Olympic Idea: Pierre de Coubertin—Discourses and Essays*, Carl-Diem-Institut (1966) Olympischer Sportverlag, Stuttgart, 130–134.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. **Archive: The Olympic Boycott, 1980.** [S. l.] 20 jan. 2001. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/time/qfp/104481.htm>. Acesso em: 29 abr. 2020.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1977-1981: James Earl Carter Jr.). **Discurso sobre o Afeganistão.** Washington, 4 jan. 1980. Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-4-1980-speech-afghanistan>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1977-1981: James Earl Carter Jr.). **Jimmy Carter lays plan for Olympic boycott.** Washington, 20 jan. 1980. Disponível em: <https://olympics.nbcsports.com/2020/01/20/jimmy-carter-olympic-boycott/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1977-1981: James Earl Carter Jr.). **Letter by President Jimmy Carter to the President of the United States Olympic Committee Robert Kane.** Washington, 20 jan. 1980. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/134719.pdf?v=d41d8cd98f00b204e9800998ecf8427e>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1977-1981: James Earl Carter Jr.). **Letter by President Jimmy Carter to the President of the United States Olympic Committee Robert Kane.** Washington, 21 mar. 1980. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-representatives-us-teams-the-1980-summer-olympics>. Acesso em: 28 abr. 2020.

FILHO, João Lyra. **Introdução à Sociologia dos Desportos.** Bloch Editores S. A. Rio de Janeiro, 1973.

FINNEMORE, Martha. **National Interests in International Society.** Cornell University Press. Nova York: 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIRGINOV, Vassil; HILLS, Laura. The political process of constructing a sustainable London Olympics sports development legacy. **International Journal Of Sport Policy And Politics**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 161-181, 13 jul. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/19406940902950713>.

GUTMANN, Allen. ***From Ritual to Record – The Nature of Modern Sports***. USA: University of Illinois Press, 1992.

GUTTMANN, Allen. ***The Oympics – A History of the Modern Games***. USA: University of Illinois Press, 1978.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. Editora Perspectiva S.A. São Paulo, 2000.

JEDLICKA, Scott R.. Sport governance as global governance: theoretical perspectives on sport in the international system. **International Journal Of Sport Policy And Politics**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 287-304, 28 nov. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/19406940.2017.1406974>.

KEOHANE, R.O. International institutions: two approaches. ***International studies quarterly***. v. 32, n. 4 p. 379-396, dez. 1988.

KISSINGER, H. A. **Ordem Mundial**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KRASNER, Stephen D. ***Power politics, institutions, and transnational relations***. In: *Bringing Transnational Relations Back In*: Ed: KAPPEN, Thomas. *Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions*. Cambridge University Press. Cambridge: 1995.

LAPCHICK, Richard E.. A Political History of the Modern Olympic Games. **Journal Of Sport And Social Issues**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 1-12, mar. 1978. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/019372357800200102>.

LENSKYJ, Helen Jefferson. Olympic Ideals and the Limitations of Liberal Protest. **The International Journal Of The History Of Sport**, [s.l.], v. 34, n. 3-4, p.

184-200, 4 mar. 2017. Informa UK Limited.

<http://dx.doi.org/10.1080/09523367.2017.1359548>.

LEVERMORE, Roger; BUDD, Adrian. ***Sport and international relations: Continued neglect?*** In: LEVERMORE, Roger; BUDD, Adrian. *SPORT AND INTERNATIONAL RELATIONS*. USA: Routledge, 2004.

LUSA, Dana. Olympic Diplomacy and the Emerging States: striving for influence in the multipolar world. ***Croatian International Relations Review***, [s.l.], v. 23, n. 79, p. 73-102, 26 set. 2017. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/cirr-2017-0015>.

MORGENTHAU, Hans. ***A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz***; Editora Universidade de Brasília. Brasília 2003.

MORRISON, Ray. ***Government Documents Relating to the 1980 Olympic Games Boycott***. Graduate School of Library and Information Science, University of Illinois. 24 jul. 1982.

NYE, Joseph. ***Soft power: the means to success in world politics***. Nova York: Public Affairs, 2004.

PECEQUILO, Cristina. ***Teoria das Relações Internacionais: O mapa do caminho: estudo e prática***. Alta Books. Rio de Janeiro: 2016.

SALA, Brian R.; SCOTT, John T.; SPRIGGS, James F.. The Cold War on Ice: constructivism and the politics of olympic figure skating judging. ***Perspectives On Politics***, [s.l.], v. 5, n. 01, p. 17-29, 27 fev. 2007. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s153759270707003x>.

SARAIVA, José. ***História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização***. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SARANTAKES, Nicholas. ***Dropping the Torch. Jimmy Carter, The Olympic Boycott, and the Cold War.*** Cambridge University Press. [S. I.] 2010.

SENADO NORTE AMERICANO. ***H.Res.534 - A resolution providing for the consideration of H. Con Res. 249 urging the United States Olympic Committee, the International Olympic Committee, and the Olympic committees of other countries to Olympic take certain actions with respect to the 1980 summer Olympic games in accordance with the request of the President.*** Washington, 24 jan. 1980. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/96th-congress/house-resolution/534?q=%7B%22search%22%3A%22249%22%7D&s=3&r=7>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SNYDER, Jack. *One World, rival theories.* ***Foreign Policy***, [S. I.], n. 145, p. 52-62 nov. 2004.

STONE, David. ***Wars of the Cold War: campaigns and conflicts 1945-1990.*** [S. I.]: Brassey's, 2004.

STRENK, Andrew. What Price Victory? The World of International Sports and Politics. ***The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science***, [s.l.], v. 445, n. 1, p. 128-140, set. 1979. SAGE Publications.
<http://dx.doi.org/10.1177/000271627944500114>.

SZYMANSKI, Stefan. *A theory of the evolution of modern sport.* ***Journal of Sport History***, v. 35, n. 1, p. 1-32, 2008.

TORRES, Cesar R.. Morally Incompatible?: an analysis of the relationship between competitive sport and international relations at the olympic games. ***Sais Review Of International Affairs***, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 3-16, 2011. Project Muse.
<http://dx.doi.org/10.1353/sais.2011.0016>.

TULLI, Umberto. Bringing Human Rights In: the campaign against the 1980 moscow olympic games and the origins of the nexus between human rights and the olympic games. ***The International Journal Of The History Of Sport***, [s.l.], v. 33, n. 16, p.

2026-2045, nov. 2016. Informa UK Limited.

<http://dx.doi.org/10.1080/09523367.2017.1315104>.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2008.

WALT, S.M. *International relations: one world, many theories*. **Foreign Policy**, [S. l.] n. 110, p. 29–46, 1998.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1979.

WENDT, Alexander. *Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics*. **International Organization**, Vol 46, No 2. 1992.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.